

- 1- [ATA](#)
 - 1.1- 20ª Reunião Ordinária Deliberativa
 - 2- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 3- [ORDENS DO DIA](#)
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 4.1- [Comissões](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
-

ATA

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 22 DE MAIO DE 1995

Presidência do Deputado Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 244/95 - Requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais(9) - **Comunicações:** Comunicação do Deputado Jorge Hannas - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Decisão da Presidência - Questão de ordem; recurso do Deputado Raul Lima Neto - Leitura de comunicação apresentada - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Marco Régis - Maria Olívia - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio.

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário "ad hoc", para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **O Deputado Péricles Ferreira**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Anivaldo Coelho**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. De Velasco, Deputado Federal, agradecendo o envio do exemplar do Regulamento das Audiências Públicas Regionais - 1995 e parabenizando a Casa pelos resultados obtidos com a realização de audiências públicas.

Dos Srs. Francisco Horta, Valdemar Costa Neto, Raul Belém e Régis de Oliveira, Deputados Federais, agradecendo convite para participar da reunião especial realizada para discutir a reforma da Constituição.

Do Sr. Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Secretário do Planejamento, apresentando e ratificando as conclusões a que chegou a Comissão de Compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em reunião realizada em 12/5/95. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública, informando, com relação a requerimento do Deputado Álvaro Antônio, que está sendo estudada a viabilidade da instalação de um posto de identificação na região central do Bairro Barreiro de Baixo, nesta Capital.

Do Sr. Peniel Pacheco, 3º-Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, encaminhando exemplares da Lei Orgânica daquele Distrito. (- Agradecer.)

Do Sr. João Bosco Ribeiro, Prefeito Municipal de Belo Oriente, solicitando a suspensão temporária e/ou definitiva da votação do processo de emancipação do Distrito de Perpétuo Socorro, no Município de Belo Oriente, pelos motivos que expõe. (- À Comissão de Assuntos Municipais para anexar ao Processo de Emancipação do Distrito de Perpétuo Socorro.)

Do Sr. Marceno Pereira de Brito, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas, solicitando a suspensão da tramitação do processo de emancipação do Distrito de Indaiabira, naquele município, pelos motivos que expõe. (- À Comissão de Assuntos Municipais para anexar ao Processo de Emancipação do Distrito de Indaiabira.)

Do Sr. Antônio Carlos Ramos Pereira, Diretor-Presidente da BHTRANS, encaminhando sumário do edital de licitações para execução do serviço público de transporte por táxi no Município de Belo Horizonte, sob o regime jurídico de permissão, delegada à pessoa física.

Do Sr. Júlio César Delgado, Secretário Adjunto de Estado do Trabalho e Ação Social, informando, a respeito do Ofício nº 526/95/SGM, de 18/4/95, que a Secretaria do Trabalho e Ação Social pretende participar do processo de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS -, levando aos municípios mineiros as informações necessárias à criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Dos Srs. João Batista Melo dos Santos e Homero Ferreira Diniz, Gerente de Núcleo e Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, respectivamente, encaminhando exemplar da obra "Dicionário Biográfico Imprensa Mineira", patrocinada por aquela instituição bancária.

Do Sr. Haroldo Vítor Azevedo Santos, Assessor da Subchefia de Relações Intergovernamentais da Casa Civil da Presidência da República, acusando o recebimento do Ofício nº 234/95/SGM, de 17/3/95, e informando o seu encaminhamento ao Inventariante do Ministério do Bem-Estar Social, por meio do Ofício nº 781/95-SRI/C. Civil, para exame e providências cabíveis.

Do Sr. Severino Francisco Ribeiro Sobrinho, Presidente do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais - SINDIFISCO, comunicando a impossibilidade de comparecer à reunião especial realizada para discutir a reforma da Constituição com os Presidentes do Senado e da Câmara Federal e cumprimentando a Casa pela realização do evento.

Do Sr. Rubens Silvério da Silva, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais, fazendo votos de que os trabalhos legislativos sejam instrumento em defesa da cidadania de nosso povo. (- Agradecer.)

Do Sr. José Aluísio Magalhães, Presidente da União das Lojas Maçônicas de Uberaba, manifestando-se contra o pedido de emancipação do Distrito de Delta, no referido município, feito pelo Deputado Gil Pereira. (- À Comissão de Assuntos Municipais, para anexar ao Processo de Emancipação do Distrito de Delta.)

Do Sr. Jacy Manoel da Silva, Presidente do Conselho Central de Lima Duarte da Sociedade de São Vicente de Paulo, encaminhando o relatório histórico e financeiro daquela instituição referente ao ano de 1994.

Do Sr. Rogério Marques Costa, manifestando-se contra a aprovação dos Projetos de Lei nºs 43 e 175/95, do Deputado Marcos Helênio. (- Anexe-se aos Projetos de Lei nºs 43 e 175/95.)

TELEGRAMA

Do Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado, comunicando, em resposta a pedido feito pelo Deputado Carlos Pimenta, que já foram liberados recursos para o CEDEC e a Secretaria do Trabalho com vistas à abertura de frentes produtivas de trabalho.

Do Sr. Romeu Tuma, Senador, agradecendo o envio de ofício relativo às audiências públicas regionais.

Dos Srs. Antônio do Valle e Carlos Mosconi, Deputados Federais, agradecendo o convite para participar de audiência pública.

Dos Srs. Carlos Mosconi, Deputado Federal; Alaor Ferreira Pacheco, Chefe do 6º DRF do DNER, e Rinaldo Campos Soares, Presidente da USIMINAS, agradecendo o convite para participar de encontro com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os Senadores e os Deputados Federais mineiros, para recolher propostas de alteração da Constituição Federal.

Da Sra. Alexandra R. Andrada e do Sr. Pedro R. Andrada, comunicando à Casa o falecimento do ex-Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Filho, ocorrido no dia 16/5/95, em Santos, SP.

CARTÕES

Da Sra. Júnia Marise, Senadora, enviando cópia de pronunciamento seu em que repudia

a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Do Sr. Humberto Souto, Deputado Federal, agradecendo o convite para a reunião especial destinada a homenagear o ex-Deputado José Laviola.

Do Sr. Luiz Carlos Biasutti, Presidente do Tribunal de Alçada deste Estado, enviando exemplar da publicação referente ao seminário realizado sobre o tema "As Modificações no CPC", em comemoração ao 30º aniversário do referido Tribunal.

Do Sr. Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas deste Estado, agradecendo o envio de exemplar da "Revista do Legislativo".

Dos Srs. Alysso Paulinelli, Secretário de Agricultura; Reginaldo Braga Arcuri, Secretário de Indústria e Comércio; Marcos Roberto Moreira Ribeiro, Diretor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, e do Cel-Av. Sabino Freire de Lima Filho, Diretor do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, agradecendo o convite para o encontro com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os Senadores e Deputados Federais mineiros, para recolhimento de propostas de alteração da Constituição Federal.

Do Sr. Eduardo Guimarães Álvares, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, enviando cópia do programa do oratório "O Messias", espetáculo encenado pelos Corpos Estáveis daquela Fundação.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 244/95

Dá denominação ao próprio público que menciona.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O imóvel onde se encontram instaladas a delegacia de polícia e a cadeia pública no Município de Santa Maria do Suaçuí, na Rua Safira, s/nº, passa a denominar-se Detetive Elder Desmoulins de Oliveira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de maio de 1995.

Bonifácio Mourão

Justificação: Nada mais justo que denominar os próprios públicos estaduais com o nome de personalidades importantes, que fazem parte, de algum modo, da história de uma determinada comunidade.

O Sr. Elder Desmoulins de Oliveira, nascido em 25/10/63, em Belo Horizonte, estudou e formou-se nesta Capital e ingressou na Polícia Civil, como Detetive, em 30/4/85. Trabalhou na METROPOL e na Ronda Ostensiva do Departamento de Investigações, sempre se dedicando intensamente àquela instituição.

Sua vontade de servir e sua disposição eram tão grandes, que, certa vez, trabalhou consecutivamente, 36 horas na recapturação de preso foragido havia dez dias, recuperando, até mesmo, as armas do policial que havia sido rendido na fuga, o que lhe implicou anotações elogiosas em sua folha funcional.

Anexamos a este a cópia da folha de seus antecedentes funcionais, expedida pela Secretaria da Segurança Pública, e a de seu atestado de óbito, pois faleceu em 12/3/94, com apenas 30 anos de idade, bem como o levantamento feito pela nossa biblioteca, de 1947 até 22/3/95, referente ao nada consta que comprova não haver obstáculo à denominação solicitada.

Por ser este um ato de reconhecimento público, aguardo de meus pares a aprovação do presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Defesa Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

- Os requerimentos da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja enviado ofício ao TRE-MG pedindo a realização de consulta plebiscitária junto à população dos Distritos de Reduto, Ninheira, Itajutiba, Fruta de Leite, Vermelho Novo, Flor de Minas, Palmeiral, José Gonçalves de Minas e Lelivéldia, foram publicados, os relativos aos seis primeiros, na edição de 19/5/95, e os relativos aos três últimos, na de 20/5/95.

COMUNICAÇÕES

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Jorge Hannas.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Decisão da Presidência

Decisão de não-recebimento de proposição: No uso da atribuição que me confere o art.

83, inciso XIII, do Regimento Interno, deixo de receber projeto de lei de autoria do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proteção à ictiofauna do Estado de Minas Gerais, por versar matéria prejudicada, nos termos do inciso II do art. 287 do referido diploma, em conformidade com as conclusões do Parecer nº 3.228, de 1995, da Procuradoria-Geral desta Casa.

Em 22 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

Questão de Ordem

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, sem dúvida, deixou-me muito triste a decisão de V. Exa., ainda mais porque esse projeto nada tem de inconstitucional, é uma questão de semântica, exclusiva dos funcionários desta Casa. Funcionários estes que respeito muito.

Quero registrar minha posição neste microfone, porque sou muito claro: se andarmos na luz, como Ele na luz andou, como diz o apóstolo João, temos comunhão com os outros.

Entrei em contato com o Procurador, que trabalha no mesmo prédio que eu, e ele, elogiando o projeto, não quis entrar no mérito da questão. Mostrou que seu parecer seria pela aprovação ou pelo recebimento imediato, porque o projeto não era semelhante a projeto anterior, embora parecesse. Semelhança é outra coisa. Entretanto, Sr. Presidente, estive com o Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús, e mostrei a ele o mérito desse projeto tão importante, porque estamos destruindo a ictiofauna do nosso Estado.

Nosso Estado tem muitos rios, como o São Francisco, o rio de integração. Os pescadores profissionais, na verdade, em sua grande maioria subnutridos, morrendo de fome, são empregados à base da mais-valia. Os empresários de grandes peixarias os contratam pagando um salário mínimo para puxarem as redes de arrastão. Esse pessoal desce os rios cercado tudo e acabando com os nossos peixes, destruindo totalmente a nossa ictiofauna.

O Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, é um exemplo para o nosso País. Não digo para outros países, porque qualquer país do Primeiro Mundo considera aberração o que fazemos em nosso País. Um americano ou um europeu fica estupefato quando chega aqui e vê redes serem lançadas em águas correntes. Redes devem ser usadas em lagos, mares ou charcos, nunca em águas correntes.

Fizemos esse projeto embasados na Constituição. Peço licença a V. Exa. para ler a defesa de nosso projeto. Quando o fizemos, conseguimos a assinatura de mais de 50 Deputados, que também são autores desse projeto. A justificativa da proposição é a seguinte: (- Lê:)

"O objetivo principal deste projeto é a proteção da fauna aquática e, por conseguinte, a preservação de todas as espécies de peixes nos rios e cursos de água de nosso Estado.

A Constituição Federal, no art. 24, inciso VI, dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e nos §§ 1º, 2º e 3º desse mesmo artigo reza que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados, e, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

A Constituição Estadual estabelece como competência do Estado proteger o meio ambiente e legislar, privativamente, nas matérias de sua competência e, concorrentemente com a União, sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza... (art. 10, incisos V e XV, alínea "f").

Assim, por não existir legislação em nosso Estado a respeito dessa matéria nem mesmo normas gerais estabelecidas pela União, compete à Assembléia de nosso Estado legislar sobre esse assunto.

A pesca profissional é viabilizada com esta proposição, na medida em que protege a perpetuação da ictiofauna, preservando-a da pesca predatória. É fato que em muitos rios de nosso Estado há escassez de peixes, exatamente devido a tal tipo de pesca que, ao invés de beneficiar o pescador profissional, prejudica-o.

Quanto à fiscalização por parte da Polícia Militar, a autuação do infrator, bem como a apreensão e a destruição dos petrechos de pesca proibidos na presente proposição encontram respaldo no art. 142, inciso I, da Constituição Estadual, que afirma ser de competência da Polícia Militar o policiamento ostensivo de florestas e de mananciais, bem como a proteção à fauna.

Em qualquer país do chamado Primeiro Mundo, a pesca com objetos de emalhar e outros aparelhos de pesca predatória é considerada crime contra a natureza.

Em nosso País, temos o exemplo do Estado de Mato Grosso cuja legislação avançada trata desse assunto, proibindo severamente a pesca predatória e garantindo a preservação de sua ictiofauna, beneficiando, portanto, toda a população do Estado. É o que se lê na Lei nº 5.792, de 19/07/91, daquele Estado.

Nosso Criador, que deu ao homem a autoridade para dominar sobre os peixes, estabelece que "aqueles que destroem a terra serão objeto de seu juízo final" (Gen. 2:28 Ap. 2:18). Por temor a Deus, procuramos fazer leis justas.

Esta proposição, além de ser justa, é perfeitamente viável, e, para sua aprovação, conto com o apoio de todos os meus pares".

Sr. Presidente, não poderíamos entender o parecer da Procuradoria. Agora, o que nos entristece é o parecer de nosso Presidente, Deputado Agostinho Patrús. Esta é uma Casa política, os Deputados são eleitos pelo povo, e é necessário que se mostre que existe uma coisa a que não estamos acostumados, e que nos entristece muito, por trás de tudo isso. Quando nosso primeiro projeto foi rejeitado pela Comissão de Justiça, procuramos fazer um outro melhor. Pegamos 52 assinaturas. O Regimento Interno diz que o projeto rejeitado pode retornar desde que a maioria dos Deputados assine esse mesmo projeto. Conseguimos muito mais que a maioria. Um dos funcionários desta Casa discutiu acirradamente comigo; ficou nervoso, porque entendia que o projeto não foi rejeitado, mas sim prejudicado.

Ora, o Regimento Interno é muito claro ao dizer que será considerado rejeitado o projeto que tiver parecer contrário de todas as comissões. Esse teve parecer contrário de apenas uma comissão. É um princípio básico do Direito: "onde se pode o mais pode-se o menos". Conseqüentemente, nosso Regimento Interno é falho em diversos artigos. São palavras de Procuradores desta Casa. Temos que fazer emendas, porque ele veio prejudicar um projeto dessa natureza. Este projeto foi elogiado por todos que se dizem amigos da natureza, dos rios e da pesca. Ele iria beneficiar o pescador profissional. No Mato Grosso, daqui a cinco anos, eles estariam pescando muito mais e até exportando peixe.

Vejam, Srs. Deputados, alguns peixes, quando estão na época da desova, não pegam no anzol, pescando-se, portanto, numa proporção muito menor. Apenas 10 ou 15%. A grande parte não é pescada, mas com a rede pesca-se tudo, porque os ovos também são retirados. O peixe que está ovulando também é pego.

Srs. Deputados, não entendemos isso. Discutindo com esse Procurador, disse-lhe que quem pode mais pode menos, e ele ficou irado comigo, gritando: "Você não quer ouvir, não quer ouvir!" Saiu nervoso e foi comigo até o Presidente. E teve força, pois, de repente, os Procuradores desta Casa resolvem rejeitar um projeto como esse.

Não podemos deixar que o fato passe em branco. Procuraremos todos os meios que pudermos achar, para que esse projeto seja trazido ao Plenário desta Casa, porque os Deputados é que podem barrar, ou não, esse projeto.

É com tristeza que faço este pronunciamento, pois não esperava jamais que o projeto fosse rejeitado e que o Sr. Presidente se recusasse a recebê-lo, a partir das alegações do Procurador. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Raul Lima Neto. Vem à Mesa recurso do Deputado Raul Lima Neto.

RECURSO SOBRE DECISÃO DE NÃO-RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO

O Deputado que este subscreve vem, de acordo com os arts. 173, § 1º, e 178, § 1º, do Regimento Interno, apelar para a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa da decisão da Presidência de não-recebimento do projeto de lei de sua autoria o qual dispõe sobre a proteção à ictiofauna de Minas Gerais e dá outras providências.

Sala das Reuniões, 22 de maio de 1995.

Raul Lima Neto

O Sr. Presidente - Esta Presidência encaminhará o recurso do Deputado Raul Lima Neto ao Presidente, Deputado Agostinho Patrús, para conhecimento e decisão sobre a matéria.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Jorge Hannas - falecimento do Sr. Joaquim Alves Dias Sobrinho, em Belo Vale (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

MATÉRIA APROVADA NA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 23/5/95

Requerimento do Deputado Jorge Hannas, em que se solicita regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 103/95.

Em redação final: Projetos de Lei nºs 17/95, do Deputado João Batista de Oliveira, 120/95, do Governador do Estado.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 24/5/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Chapada Gaúcha e de Serra das Araras quanto à sua emancipação do Município de São Francisco.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Morro do Horizonte quanto à sua emancipação do Município de São Francisco.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Setubinha quanto à sua emancipação do Município de Malacacheta.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Natalândia quanto à sua emancipação do Município de Bonfinópolis de Minas.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Patis quanto à sua emancipação do Município de Mirabela.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Cuparaque e Aldeia quanto à sua emancipação do Município de Conselheiro Pena.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Padre Carvalho quanto à sua emancipação do Município de Grão-Mogol.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Catuni quanto à sua emancipação do Município de Francisco Sá.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Vila dos Anjos quanto à sua emancipação do Município de Capelinha.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Bonito quanto à sua emancipação do Município de Januária.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Ibitira e Alberto Isaacson quanto à sua emancipação do Município de Martinho Campos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Dom Bosco quanto à sua emancipação do Município de Bonfinópolis de Minas.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Ibiracatu, Bonança e Campo Alegre de Minas quanto à sua emancipação do

Município de Varzelândia.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Bugre quanto à sua emancipação do Município de Iapu.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Ponto Chique quanto à sua emancipação do Município de Ubaí.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Morro do Ferro quanto à sua emancipação do Município de Oliveira.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Goianá quanto à sua emancipação do Município de Rio Novo.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Imbé quanto à sua emancipação do Município de Caratinga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Macuco de Minas quanto à sua emancipação do Município de Itumirim.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Vermelho Novo quanto à sua emancipação do Município de Raul Soares.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda para a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para eventos esportivo, artístico e cultural. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinaram pela sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Adauto.

Requerimentos de Emancipação nºs 108/95, do Deputado Arnaldo Canarinho; 94/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 102/95, do Deputado Carlos Pimenta; 95 e 116/95, do Deputado Clêuber Carneiro; 99/95, do Deputado Djalma Diniz; 109 e 110/95, da Deputada Elbe Brandão; 114/95, do Deputado Jairo Ataíde; 105/95, do Deputado Jorge Hannas; 103 e 104/95, do Deputado José Braga; 96 e 97/95, do Deputado Kemil Kumaira; 107 e 115/95, do Deputado Olinto Godinho; 85 e 122/95, do Deputado Romeu Queiroz; 106 e 112/95, do Deputado Sebastião Costa; 111/95, do Deputado Simão Pedro Toledo.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar requerimento de autoria do Deputado Irani Barbosa, em que

solicita sejam convocados os Srs. Carlos Eloy de Carvalho Guimarães e Ruy José Vianna Lage, respectivamente, Presidentes da CEMIG e da COPASA-MG, para prestarem esclarecimentos sobre o andamento das obras da Hidrelétrica de Miranda.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 25/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.644/93, de iniciativa popular, e 51/95, do Deputado Sebastião Helvécio; Projeto de Resolução nº 190/95, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 265/95, do Deputado Álvaro Antônio; 285/95, do Deputado Anderson Adauto; 188 e 256/95, do Deputado Kemil Kumaira; 129/95, do Deputado Leonídio Bouças.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 121/95, do Deputado Sebastião Helvécio.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os convidados Srs. Aureliano Chaves de Mendonça e Francisco Schettino, Presidente da CVRD.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça
Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Geraldo Nascimento e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 9h30min do dia 24/5/95, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Geraldo Nascimento, Antônio Genaro e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social, para a reunião a ser realizada no dia 24/5/95, às 14h30min, na Sala das

Comissões, destinada a apreciar o Projeto de Lei nº 200/95, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública a Associação do Povoado de Santana, com sede no Município de Sericita.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 121/95

Comissão de Agropecuária e Política Rural
Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, o projeto de lei em análise objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Goianá, com sede no Município de Rio Novo.

Publicada em 28/3/95, foi a matéria distribuída, para exame preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação.

Vem o projeto, agora, a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, em obediência aos trâmites regimentais.

Fundamentação

A referida entidade tem por finalidade reunir e orientar os pequenos produtores rurais de Goianá, que buscam alcançar seus objetivos de crescimento.

Dessa forma, a Associação contribui para o desenvolvimento da comunidade, razão por que merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 121/95 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1995.

Olinto Godinho, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 30/95

Comissão de Saúde e Ação Social
Relatório

De autoria do Deputado João Batista de Oliveira, o projeto de lei em tela objetiva estabelecer reserva de percentual de cargos ou empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, no âmbito da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Aprovada a matéria no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, desta Comissão, retorna a proposição para exame do mérito no 2º turno.

Em anexo, apresentamos a redação do vencido, parte deste parecer.

Fundamentação

É importante dizer que aos portadores de deficiência devem ser garantidas todas as condições para um bom convívio social, sendo necessário, também, ressaltar que sobre eles não pode pairar o fantasma da discriminação e do preconceito.

A proposição em tela se destaca pelos seus aspectos de promoção da justiça social, os quais tornam muito oportuna a iniciativa do parlamentar, devidamente aprimorada pelos nobres pares membros da Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, esse projeto coloca a administração pública estadual em posição de destaque, pioneira que será, em relação à iniciativa privada, no oferecimento de oportunidades igualitárias de trabalho aos portadores de deficiência.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 30/95 na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente - Marco Régis, relator - Jorge Hannas.

Redação do Vencido no 1º Turno PROJETO DE LEI Nº 30/95

Estabelece a reserva de percentual de cargos ou empregos públicos a serem providos por pessoas portadoras de deficiência, no âmbito da administração pública do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A administração pública do Estado, direta e indireta, fica obrigada a reservar 10% (dez por cento) dos cargos ou dos empregos públicos para serem

providos, em todos os níveis, por pessoas portadoras de deficiência, sendo esta compatível com o exercício da atividade.

§ 1º - Sempre que a aplicação dos percentuais de que trata este artigo resultar em produto fracionário, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.

§ 2º - A comprovação da deficiência será feita mediante laudo médico pericial, emitido por junta médica oficial, e será isenta de ônus.

§ 3º - Para os fins do disposto no "caput" deste artigo, pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, disfunção de natureza física, sensorial ou mental que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro de um padrão considerado normal para o ser humano.

Art. 2º - A investidura em cargo ou emprego público de que trata o artigo anterior depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação específica para as pessoas portadoras de deficiência e o prazo de validade do concurso.

Parágrafo único - O edital do concurso público deverá especificar, em separado, a habilitação necessária e o número de vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, considerando-se o percentual definido no art. 1º desta lei.

Art. 3º - As vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, se não forem preenchidas, serão providas pelos demais candidatos, obedecida a ordem de classificação.

Art. 4º - As pessoas portadoras de deficiência beneficiadas por esta lei não poderão invocar a respectiva deficiência para requerer aposentadoria ou pensão, salvo em caso de agravamento imprevisível à época do provimento do cargo.

Art. 5º - O disposto nesta lei não exime o candidato portador de deficiência dos exames de saúde pré-admissionais e regulares para o serviço público.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.538, de 23 de dezembro de 1961.

PARECER SOBRE AS EMENDAS N°s 8 e 9 AO PROJETO DE LEI N° 54/95

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

Apresentadas pelo Deputado Marco Régis em Plenário, as Emendas nºs 8 e 9 visam à alteração do Projeto de Lei nº 54/95, que dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico.

As referidas proposições foram encaminhadas a esta Comissão, por força do art. 195 do Regimento Interno, para receberem parecer.

Fundamentação

A Emenda nº 8, que dá nova redação ao inciso II do art. 2º, estende a todas as pacientes, e não apenas àquelas a que o médico assistente recomendar, o acompanhamento psicológico, incluindo também o tratamento fisioterápico e a assistência social. Entendemos que uma cirurgia, reparadora ou mutilante, causa, de fato, mudança sensível na vida da paciente e, via de regra, é necessária uma fase de adaptação, na qual não só é recomendado o tratamento fisioterápico como também acompanhamento de assistentes sociais e terapeutas ocupacionais. Por isso, achamos oportuno acatar a emenda ora proposta.

A Emenda nº 9 acrescenta ao art. 2º inciso que obriga o Estado a implementar ações preventivas para o tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico, por meio de exames de rotina e complementares, além de medidas educativas que divulguem a importância da prevenção.

Essa emenda reforça a necessidade de se investir em ações preventivas e não em ações curativas. Ela é a própria essência do projeto de lei sob comento, por isso a julgamos pertinente.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação das Emendas nºs 8 e 9 ao Projeto de Lei nº 54/95 no 1º turno.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1995.

Jorge Hannas, Presidente e relator - Marco Régis - Carlos Pimenta.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

Discursos Proferidos em 16/5/95

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, venho a esta tribuna para falar a respeito da Mendes Júnior, que, no meu entendimento, passa por uma situação calamitosa.

Sr. Presidente, inicialmente vou comentar uma notícia veiculada ontem, à noite, pela imprensa. O Presidente do Grupo Mendes Júnior, Sr. Murilo Mendes, admitiu publicamente o estado falimentar de suas empresas. Ele reafirmou ter créditos da ordem de R\$3.000.000.000,00 a receber de órgãos públicos. Disse, entretanto, precisar no momento de U\$500.000.000,00 para resolver todos os problemas graves que enfrenta. Para tanto, Murilo Mendes pede um acordo, especialmente com o Governo Federal.

Um grupo de empresários mineiros se coloca solidário com a Mendes Júnior, também pressionando o Governo a encontrar uma solução.

O Governador Eduardo Azeredo seguiu, hoje pela manhã, para Brasília. Entre outras atividades, o Governador vai pedir apoio ao Governo Federal para que se solucione o problema.

Como os senhores podem ver, a situação da Mendes Júnior ganha repercussão nacional.

De tudo isso tenho a lamentar que, há quase um mês, encontrei-me com dois Diretores e um engenheiro da empresa. Esses Diretores passaram-me um quadro positivo e até otimista. Pergunto-me se faltou sinceridade aos três representantes ou se foi apenas uma tática deles.

Da mesma forma, somente após a mobilização de todos os sindicatos representantes dos trabalhadores é que a direção da empresa admitiu a falência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos apresentando, hoje, um requerimento a respeito desse assunto. Pedimos a formação de uma comissão especial para acompanhar a crise da Mendes Júnior. Vou ler a sua justificação.

"Diversas entidades sindicais e classistas representantes dos trabalhadores do Grupo Mendes Júnior pedem a interferência do Poder Legislativo no encaminhamento das soluções para a crise que a empresa enfrenta.

Reivindicação nesse sentido foi apresentada a esta Casa na última sexta-feira, dia 12 de maio. Reuniram-se aqui cerca de 150 empregados do Grupo Mendes Júnior de todo o Estado e, ainda, Diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos de Juiz de Fora, da Associação dos Empregados da Mendes Júnior Siderúrgica, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Luzia e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais.

Alguns dias antes estivemos com dois Diretores da Mendes Júnior para ouvir sua versão sobre a empresa, para agora tomarmos a iniciativa desta proposição.

Relatos da situação de cada unidade da Mendes Júnior foram apresentados pelos trabalhadores aos Srs. Deputados Ivo José (PT) e João Batista de Oliveira (PSB), ao Deputado Federal Sérgio Miranda (PC do B), que ainda representava o Deputado Federal Chico Ferramenta (PT), ao vereador por Belo Horizonte Virgílio Guimarães (PT), ao autor desta proposição e, ainda, a assessores da área econômica, todos presentes ao citado encontro nesta Casa.

A crise da Mendes Júnior é grave. O grupo deve cerca de R\$2.000.000.000,00 a vários Bancos oficiais, conforme relato da empresa. Por outro lado, alega possuir créditos da ordem de R\$3.000.000.000,00 a receber dos Governos Federal e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Essa situação coloca em risco 15 mil empregos diretos. Boa parte dos empregados está com pagamentos e outros direitos trabalhistas pendentes desde o final do ano passado.

Reconhecendo a gravidade dos fatos, o Poder Executivo formou comissão específica para buscar soluções as mais breves possíveis. O Legislativo, igualmente, deve estar atento e presente neste momento. Deve apresentar propostas, defendendo o trabalhador e acompanhando as negociações.

Desejamos que esta comissão suprapartidária ora proposta abra espaço para a participação dos trabalhadores e de todas as partes envolvidas e interessadas.

Certos do apoio dos nobres pares, agradeço".

É o que tínhamos a dizer a respeito do requerimento, que já está protocolado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Deputados, visitantes das galerias que prestigiam o nosso trabalho hoje, companheiros da imprensa, a Capital dos mineiros está pedindo socorro!

Devido à sua posição geopolítica, Belo Horizonte tem hoje um espectro de problemas sociais, econômicos, financeiros e até mesmo culturais no qual se incluem todos os problemas encontrados nas mais diferentes e distantes regiões do Estado. Converte-se para cá todo tipo de demanda social. A migração é responsável por um processo que acarreta uma interminável via-crúcis pelos órgãos de assistência, por parte de pessoas vindas de outras regiões do Estado em busca de emprego, moradia e assistência médica. O resultado é uma enorme pressão por infra-estrutura básica, ou seja, saneamento, habitação, moradia, transporte e outros serviços.

Devido ao grande contingente de pessoas que vêm diariamente para Belo Horizonte em busca de melhores condições de vida, a cidade teve os serviços públicos saturados.

Sua capacidade de abrigar esse exército que se desloca de todas as partes do Estado, marchando para a Capital, está exaurida. Entretanto, essas peculiaridades nem sempre são consideradas e contempladas adequadamente nos orçamentos e nas políticas de desenvolvimento.

Apesar de todo esse movimento convergente, Belo Horizonte não possui uma arrecadação tributária compatível com sua importância e suas atribuições. Não temos um número de indústrias de grande porte instaladas na Capital que dê o suporte tributário necessário ao atendimento da grande demanda social a que Belo Horizonte é submetida.

Por isso, venho, nesta tribuna, fazer o lançamento da Frente Pró-BH - um movimento constituído por todos os Deputados com votação expressiva em Belo Horizonte, para representar os interesses de nossa cidade junto ao Governo do Estado e à Prefeitura.

Vamos lutar para melhorar a participação da Capital no orçamento do Estado. Vejam o caso do orçamento participativo, para o qual Belo Horizonte indicou as cinco obras a que cada cidade tem direito, para concorrer com outras centenas de propostas, sem nenhuma distinção, na audiência pública de Itabira, nos dias 22 e 23 de maio.

Vamos criar uma comissão para estudar as condições ideais para que Belo Horizonte se torne um lugar atrativo para novas empresas. Vamos viabilizar o complexo industrial de Venda Nova, uma iniciativa do Deputado João Batista de Oliveira, quando ainda era Vereador; promover um maior intercâmbio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Belo Horizonte para o desenvolvimento de uma política conjunta de incentivos fiscais, a fim de que indústrias não poluentes possam se instalar na periferia da cidade; e desenvolver uma estratégia para resolver o problema migratório.

Podemos citar outras obras em favor das quais o movimento vai atuar: no transporte coletivo, o término das obras do metrô; e o reassentamento da Vila São José, para a conclusão da obra de ligação das Avenidas Pedro II e Tancredo Neves, na Pampulha.

Temos determinação e força política, representada pelos Deputados João Leite, Wilson Trópia, João Batista de Oliveira, Irani Barbosa, Álvaro Antônio, Antônio Genaro, Paulo Schettino, Raul Lima Neto, Glycon Terra Pinto, Miguel Martini e Ronaldo Vasconcellos, todos com expressiva votação em Belo Horizonte.

Sempre ouvimos falar que Belo Horizonte era terra de ninguém. Agora, com o lançamento da Frente Pró-BH, essa realidade será bem diferente. Belo Horizonte será a terra de todos nós, que fomos eleitos para representá-la.

Estaremos trabalhando por Belo Horizonte e pela Região Metropolitana. Sr. Presidente, lembro aos Srs. Deputados que Belo Horizonte, hoje, tem cerca de 200 bairros, 100 vilas e favelas. Cidades do interior não têm com a mesma gravidade os problemas que Belo Horizonte apresenta: trânsito, segurança pública, hospitais, escolas, áreas de risco, problemas administrativos nas áreas limítrofes, necessidade de implantação de indústrias para geração de empregos e aumento da arrecadação. Belo Horizonte apresenta, ainda, carência no setor de habitação e vamos buscar incentivos para a construção civil.

Esse o que deverá melhorar a condição de moradia dos belo-horizontinos.

Nos dias 22 e 23, em Itabira, Belo Horizonte definiu as obras prioritárias para a solução de nossos problemas: transposição da Avenida Pedro II, remoção da Vila São José, ligação da Avenida Tancredo Neves à Pampulha, o Plano Diretor para o Bairro Taquaril, a canalização do córrego Cercadinho, no Bairro Betânia, a conclusão das obras do Complexo da Lagoinha e a construção do Viaduto B.

Todos conhecem a necessidade que temos, hoje, de resolver o problema de trânsito em Belo Horizonte, porque, caso contrário, teremos, em pouco tempo, o mesmo problema enfrentado pelo México, onde só podiam trafegar, em dias alternados, carros portadores de placas pares e carros portadores de placas ímpares. Corremos, também, o grande risco de viver o problema existente, hoje, no trânsito de São Paulo.

Para amenizar a atual situação, terminais urbanos deverão ser criados em Belo Horizonte. A articulação de grandes corredores para tráfego de veículos faz-se urgente. A continuação da obra do metrô até Venda Nova aliviará o problema de trânsito em nossa cidade.

Sabemos que temos, em Belo Horizonte, problemas como o da iluminação do anel rodoviário e, por todos os motivos aqui expostos, peço aos Deputados para que, juntos, pressionemos o Governo do Estado com o objetivo de garantir verbas no orçamento para os fins aqui mencionados.

Os problemas de nossa Capital são maiores que os das demais cidades de Minas Gerais, motivo pelo qual pedimos a ajuda dos colegas Deputados para que, quem sabe, possamos voltar aos velhos tempos, quando podíamos realmente contemplar um belo horizonte. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos plenamente, totalmente solidários com o movimento iniciado pelo nosso companheiro Alencar da Silveira Júnior.

Belo Horizonte terá, de nossa parte, tudo aquilo que depender do nosso apoio, da nossa participação. É claro que somos Deputados em Minas Gerais, mas Belo Horizonte, acredito, por ser nossa maior cidade, é, sem dúvida, aquela que enfrenta os maiores

problemas. Não vou enumerá-los porque isso já foi feito pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior, com muita sabedoria.

Aproveito a oportunidade para, desta tribuna, ler um requerimento: (- Lê:)

"Com grande satisfação me dirijo aos prezados colegas e à Mesa Diretora de nossos trabalhos solicitando que, aprovado este requerimento, seja ele encaminhado ao Delegado Antônio João dos Reis, chefe do DEOESP, aos delegados Elson Matos da Costa, Anselmo Rezende Gusmão e Ricardo A. Peixoto Costa, ao escrivão João Carlos do Nascimento, aos Subinspectores Wainer Lopes Ferreira e Manoel Hermes Cirino França, ao Inspetor de Detetives Rosalino Fernandes, aos detetives Marcelo Calixto, Élton Serakides Gonçalves, Marcos Resende de Paula, Wanderson Gomes da Silva, Cláudio Manoel Fernandes, Marcelo Carpino de Oliveira, Édison de Jesus Ferreira, Márcio Lucílio da Silva, Roberto Sobrinho, Wenderson Pires Rodrigues, Gilberto da Cunha Bracelares, José Paulo da Silveira Chaves, Carlos Roberto Barbosa, José Inácio Soares Mendes, Pedro Pereira de Freitas, Sávio Lorenzo Natale Cardoso, José João Alves de Souza, Romero Gonçalves Santos, Élcio Geraldo da Rocha, Evandro Oliveira Menezes e ao piloto de helicóptero João Batista Cardoso Filho, a quem formulo meus calorosos cumprimentos pelo extraordinário êxito alcançado na operação de resgate da jovem Paula Zamboni e na prisão dos criminosos que a mantinham sob cárcere privado."

Para mim, que conheço de perto as qualificações funcionais de toda a equipe empenhada nesse trabalho, sob o competente e experimentado comando do Delegado João Reis, não foi surpresa o desfecho feliz desse marcante episódio.

Mas entendo, também, que nas circunstâncias atuais, em que a Polícia Civil vive momentos de extremas dificuldades quanto aos recursos materiais, tecnológicos e, principalmente, no que concerne à gritante defasagem salarial, a eficiente ação dos policiais do DEOESP foi uma demonstração exemplar de dedicação, competência e, sobretudo, de dignidade profissional, ao enfrentarem e superarem todos os óbices para devolver, mesmo arrostando o risco de vida sempre presente em tais situações, a paz e a tranqüilidade à família de Paula, que vivia momentos de incerteza e de desespero.

E à sociedade mineira, sempre solidária com nossa atividade, foi oferecida a garantia de que, apesar de todos os percalços, pode confiar em nossa instituição.

A par dessa desassombrada atuação que obteve merecida repercussão nacional, aplaudida unanimemente, com reflexos positivos para toda a gente mineira, por dever de justiça, não se pode ignorar que nos mais longínquos rincões do nosso Estado estão policiais civis, de diversos níveis funcionais, esforçando-se diuturnamente para manter uma eficiente prestação de serviços à população quanto à preservação da ordem pública, razão pela qual, ao louvar o trabalho da equipe do DEOESP, quero estender meus cumprimentos a esses anônimos e abnegados servidores.

Nesta oportunidade, não posso deixar de prestar minha homenagem também, aos policiais que tombaram mortos no cumprimento do dever, como ocorreu recentemente com o detetive William Silva Nunes, ainda tão jovem e com um futuro promissor, assassinado covardemente por um marginal, quando legalmente pretendia prendê-lo.

Finalizando, uma palavra de louvor também ao Delegado Santos Moreira, DD. Secretário de Segurança Pública, e ao Delegado Francisco Eustáquio Rabello, Superintendente-Geral de Polícia Civil, que deram integral e decisivo apoio às diligências realizadas, e aos quais solicito façam anexar cópia do inteiro teor deste pronunciamento às respectivas pastas funcionais dos policiais nele mencionados. Solicito também seja o referido discurso publicado no boletim interno da Secretaria de Segurança Pública.

Era o que tinha a dizer.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores visitantes, imprensa. Sem dúvida alguma, o terceiro conglomerado do País, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem, hoje, o seu nome evidenciado através de uma iniciativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior, quando Vereador.

Tivemos oportunidade de acompanhar Belo Horizonte nesses últimos 25 anos, quando militamos na política, em mandatos sucessivos, que nos colocaram mais perto de sua intimidade. Essa intimidade nos forçou a acompanhar os seus problemas mais de perto. Tivemos a oportunidade de acompanhar a evolução da sociedade, suas glórias, seus momentos de desespero, enfim, tudo aquilo que acontece na Região Metropolitana não poderia também deixar de acontecer em Belo Horizonte.

Lembro-me da criação das administrações regionais em nossa cidade. Tive a oportunidade, em 1963, como Presidente da Câmara Municipal, de apresentar um projeto de lei criando centros regionais. Seriam as regionais norte, sul, leste e oeste, a regional do centro, a de Venda Nova e a do Barreiro. Naquela oportunidade, o então Prefeito, Oswaldo Pierucetti, achava bastante oportuno que se implantassem duas regionais, em caráter experimental. Assim, ele criou a regional do Barreiro e a de Venda Nova.

Depois, veio a descentralização administrativa, onde o poder central delegava às regionais maior poder no tratamento dos problemas sociais. Posteriormente, vieram outras regionais porque a idéia deu certo. Outros prefeitos, sucessivamente, foram

aumentando as regionais, até os nossos dias, mas, infelizmente, ainda percebemos um certo esvaziamento do poder administrativo e das atribuições de cada regional, quando, em nossa opinião, o contrário é que seria de grande importância para a Capital mineira.

A partir da morte de Tancredo Neves, aquele estadista brasileiro, grande Presidente, ainda que não chegasse a tomar posse, Belo Horizonte ficou relegada a segundo plano, porque deixou de ser do interesse de Ministros da República. Assim, a partir de 1985, por ocasião da morte de Tancredo Neves, Belo Horizonte deixou de ter ajuda do Poder Federal e de receber aquelas verbas orçamentárias que iniciaram a solução do problema do Vale do Arrudas e das áreas da saúde, da educação, entre outros que precisavam, e ainda precisam, da participação do Governo Federal.

Com isso, Belo Horizonte viu diminuir seus recursos orçamentários. Temos problemas sérios a serem resolvidos: o metrô, iniciado e não acabado; a via expressa, que também precisa da colaboração do Governo Municipal; o término da canalização do Arrudas e tantos outros problemas da periferia, cuja solução necessita de mais verbas para o povo de Belo Horizonte.

Em 1997, Belo Horizonte irá completar seus 100 anos de vida. Eu não poderia deixar de ir ao encontro, nesta oportunidade, dos Deputados votados na cidade. Sabemos o quanto é difícil e disputado o voto na Capital; sabemos o quanto ele é dividido pela imensidão de candidatos que comparecem perante o eleitorado da Capital mineira.

Nós, que estamos acompanhando a vida desta cidade, também fazemos coro com o Deputado Alencar da Silveira Júnior, que teve a feliz idéia de criar um bloco em defesa de nossa Capital - não que ela esteja indefesa, mas, sim, para que tenha maior alento e possa conquistar o seu devido lugar em nosso contexto nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria, antes de falar sobre Belo Horizonte, de prestar o nosso apoio ao projeto do Deputado Carlos Pimenta, que está na pauta e que trata da prevenção de câncer. Este tema está incluído nas políticas de saúde, como um todo, e na Constituição. Mas acho que nessas questões temos de ser redundantes, senão não funciona. Cumprimento o colega, Deputado Carlos Pimenta, e declaro o meu voto favorável a seu projeto.

Sr. Presidente, gostaria de manifestar a minha alegria por ter participado, nesta semana, da assinatura do convênio, firmado pelo Governo do Estado, para levar os sinais de TV para todo o Estado de Minas Gerais. Gostaria de cumprimentar a TV Minas e o Governador do Estado, porque esse convênio foi da maior importância. O sinal da TV Minas chegava a apenas 200 municípios. Mas, a partir de agora até o final do ano, todos os municípios do Estado de Minas Gerais estarão sintonizados nos canais de TV que transmitem de Belo Horizonte.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de trazer o nosso apoio ao ex-Deputado e colega de partido - PSB - Deputado Raul Messias, por ocupar um cargo no Governo de Minas Gerais. Entendemos que o ex-Deputado Raul Messias ao ocupar um cargo no Governo do Estado de Minas Gerais o fará com a consciência tranqüila. Trata-se de uma pessoa com notórios conhecimentos das questões relacionadas com as cooperativas. No nosso entendimento, o povo de Minas Gerais precisa do melhor, independentemente de ele estar num partido que não participa no Governo. O nosso partido apoiou, em 2º turno, o Governador Eduardo Azeredo e não quis participar do Governo. Mas, se o ex-Deputado Raul Messias tivesse sido convidado para ocupar um cargo no Governo que não fosse de sua área, por exemplo, Embaixador em Lisboa, tenho a certeza de que seríamos contra.

Concluindo, gostaria de fazer alguns comentários, na condição de ex-Vereador de Belo Horizonte, cargo que exerci por 12 anos. Acho que o Prefeito Patrus Ananias vem conduzindo a nossa cidade com a maior dignidade e a está preparando para o seu centenário. A Frente de Apoio às Causas de Belo Horizonte foi criada em boa hora. Já tivemos a oportunidade de visitar o Prefeito Patrus Ananias, como Deputado eleito desta cidade, comprometido com o Estado de Minas Gerais, ocasião em que nos colocamos à sua inteira disposição.

A partir do momento em que Belo Horizonte teve condições de convocar eleições diretas, deixou de receber recursos do Governo do Estado. Quando o Prefeito da Capital era nomeado, ele era um verdadeiro "garoto propaganda" do Palácio da Liberdade, e os recursos vinham com a maior facilidade. Mas, depois que o Prefeito passou a ser eleito diretamente pelo povo, o Palácio da Liberdade fechou os cofres para Belo Horizonte. Tratava-se de uma retaliação ao adversário político, mas, na verdade, era uma retaliação a todo o povo de Minas Gerais. Hoje, Belo Horizonte atende às necessidades, principalmente na área da saúde, de todo o Estado de Minas Gerais.

Presto minha homenagem ao último remanescente da "Bancada do Vale do Arrudas", Deputado Álvaro Antônio, que sobreviveu, bravamente, ao desmonte desse grupo. Temos condições, não só os Deputados votados em Belo Horizonte, mas esta Casa, de fazer

justiça, para que na próxima elaboração do cronograma das audiências, Belo Horizonte represente uma regional, pois o fato de Belo Horizonte ter de ir ao interior discutir suas prioridades é, no mínimo, um desrespeito por uma cidade que detém 15% da população do Estado de Minas Gerais. Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais pessoas presentes nas galerias, assessoria, imprensa: esta Casa assiste, hoje, a um desfile de diversos Deputados que têm atuação parlamentar e política na Capital do Estado de Minas Gerais. Eu gostaria também - por fazer parte desse grupo - de ocupar esta tribuna para dizer da nossa preocupação constante com as questões políticas e parlamentares da nossa Capital. Há pouco tempo, ocupei esta tribuna para falar de um assunto de muita importância para Belo Horizonte: a sua internacionalização. Por meio de dez paradigmas, ela se tornaria uma cidade internacional.

Lembro, hoje, o fato de ter sido Vereador à Câmara Municipal desta cidade durante o período de 1983 a 1986, juntamente com outros companheiros, hoje Deputados Estaduais, como João Batista de Oliveira, Irani Barbosa e Antônio Genaro. Começamos juntos e, hoje, aqui, continuamos a prestar serviços à nossa Capital.

Acima de tudo, queremos fazer coro com o ilustre parlamentar, Deputado Alencar da Silveira Júnior, que também foi Vereador por Belo Horizonte - não no mesmo período - e que, hoje, nos convida para participar desse trabalho. Assim sendo, eu gostaria de dizer que estou inteiramente solidário, inteiramente favorável à causa coordenada por esse ilustre Deputado; quero fazer parte do seu trabalho; aceito, humildemente, seja a coordenação do trabalho feita por esse valoroso companheiro.

Todos nós estamos preocupados com a Capital do Estado. Aqui, temos votação, passamos parte das nossas vidas, do nosso trabalho. Portanto, é importante que todos os 77 Deputados dos 13 partidos que têm assento nesta Casa se preocupem com a nossa Belo Horizonte, pois queremos dar início a um trabalho que será voltado especificamente para a Capital mineira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de usar a tribuna, ainda que por breve tempo, para fazer coro com esta iniciativa, muito feliz, do nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior em prol da Capital mineira.

Foi aqui, em Belo Horizonte, que tive a maior votação de todo o Estado, cidade em que tive o privilégio de ser Vereador e que está no meu coração. Sou de Januária, Norte de Minas, e amo a minha cidade. Sou barranqueiro do rio São Francisco, nostálgico, e defendo com garras e unhas o meio ambiente, os nossos rios. Mas, de coração, adotei Belo Horizonte, pois aqui cheguei, em 1967, para estudar e nunca mais saí.

Creio que, juntamente com os Deputados e os companheiros que foram votados nesta cidade, que também amam a nossa Capital, estaremos empenhados e atentos, fazendo tudo o que for possível ou necessário para que a nossa Capital seja uma capital melhor, mais humana e mais segura. Não poderia deixar, neste momento, de dizer, embora tenha pelo Prefeito Patrus Ananias grande respeito e admiração, pois reconheço nele um homem de partido e de idéias filosóficas, que a nossa cidade está parada, infelizmente. Nesta administração, vimos muitas idéias, mas, em termos de obras e realizações, nada foi feito. Não falo isso criticando, negativamente, porque, talvez, essas palavras cheguem aos ouvidos do Prefeito, e - quem sabe - irão incentivá-lo ou exortá-lo a realizar obras para a nossa cidade.

Estaremos aqui unidos, não só para denunciar mas também para contribuir. Contribuir com posição séria, se necessário, e com aplausos às iniciativas acertadas. Essas são as razões por que quero deixar aqui registrada a minha congratulação por essa iniciativa do nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior. Faço coro com S. Exa. e farei sempre, todas as vezes que iniciativas forem tomadas em prol da nossa cidade. Essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontra-se hoje em pauta, para discussão, o projeto de lei de nossa autoria que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico. Esse projeto foi elaborado passando por uma discussão ampla com vários segmentos da sociedade, quando tivemos a oportunidade de ouvir autoridades ligadas à prestação de saúde à mulher, bem como vários segmentos de defesa dos direitos da mulher. Tivemos palestras e debates com médicos, que já possuem experiência de vários anos e são responsáveis pelo exame, aqui em Belo Horizonte, de mais de 450 mil mulheres. Destacamos as figuras do Dr. Tadeu Rezende Provenza e Dr. José Flávio. Aqui na Capital, no Hospital Odete Valadares, existe um serviço montado e as mulheres têm a oportunidade de iniciarem os seus exames pelos postos de saúde e, assim que é constatada alguma alteração, são imediatamente encaminhadas para exames mais sofisticados. Confirmada qualquer alteração ou a presença de lesões que podem se transformar em câncer, seja na mama ou no colo uterino, encontram elas a garantia de

continuidade, seja através de uma cirurgia ou outro tratamento mais complexo.

Em Montes Claros também existe esse serviço, montado desde 1980, quando o implantamos e proporcionamos a oportunidade de diagnóstico e tratamento para mais de 80 mil mulheres. Naquela data, ainda Vereador, conseguimos montar um ambulatório de ginecologia dotado de todas as condições e conseguimos a duras penas proporcionar essa oportunidade à mulher montes-clarense. Posteriormente, expandimos o serviço a todos os postos de saúde e a outras cidades da região.

Baseado em tais experiências e sabedores que somos que outras cidades do nosso Estado possuem pequenos serviços isolados, procuramos, dentro dessa filosofia, expandir os serviços e atender às mulheres mineiras, através do projeto de lei que ora será analisado e votado pelos Srs. Deputados.

A idéia é simples, vamos explorar os recursos que hoje existem e que são bancados pelo SUS (Sistema Único de Saúde), estabelecendo um controle gerencial através da Secretaria de Saúde. Vamos montar núcleos de prevenção do câncer ginecológico em todos os grande centros, principalmente nos pólos que contam com diretorias regionais de saúde e, a partir desses núcleos, montaremos os consultórios médicos para o exame inicial do maior número possível de mulheres. A execução dessa lei tornar-se-á fácil quando observamos a disposição do Sr. Secretário da Saúde, Dr. José Rafael Guerra, em implantar os consórcios de saúde, oferecendo oportunidades de municípios se agruparem, se organizarem para a prestação de serviços especializados em determinadas cidades, com a obrigatoriedade de estendê-los às cidades vizinhas. O importante é que através desse projeto, a Secretaria de Saúde tome para si a incumbência e a responsabilidade de gerenciar o programa, que é fundamental e que poderá salvar inúmeras mulheres que, sem assistência, estariam condenadas a morrer, ainda jovens, de câncer de mama ou do útero.

Por último, queremos lembrar que o câncer de mama e de útero constituem graves problemas de saúde no nosso Estado, e os casos chegam a atingir índices alarmantes. De cada nove mulheres, uma deverá apresentar câncer de mama em alguma fase de sua vida se providências não forem imediatamente tomadas. Por sua gravidade, o câncer, após instalar-se e atingir um certo estágio evolutivo, requer medidas de tratamento que, além de traumáticas para a paciente, são extremamente onerosas para o Estado. Detectada a doença precocemente, por meios de procedimentos de relativa simplicidade, o índice de cura torna-se maior e os procedimentos terapêuticos exigidos, menos agressivos.

O fato de a saúde ser um setor carente de recursos e as verbas de seguridade social serem insuficientes para cobrir as despesas necessárias a uma assistência qualitativa e quantitativa aceitáveis fazem com que a opção pelas medidas preventivas devam ser realmente adotadas. Aliás, assim o estabelecem a Constituição Federal (art. 198, II) e Estadual (art. 188, III).

O que estamos propondo nesse projeto é que o poder público estadual assumira a sua responsabilidade na gestão dos serviços de prevenção e tratamento do câncer que mais mata as mulheres mineiras. É fundamental que o Estado cumpra o seu papel de catalisador e organizador de tais serviços. Cabe-lhe, portanto, expandir as normas e promover as mudanças necessárias para que a assistência à saúde atenda às justas expectativas das mulheres no que diz respeito a um de seus direitos constitucionais.

Solicitamos o apoio de nossos ilustres pares à aprovação do projeto.

Solicitamos o apoio dos Deputados para esse projeto, que é simples e foi elaborado baseado em experiência realizada aqui em Belo Horizonte e em Montes Claros.

Temos a certeza absoluta de que assim estaremos cumprindo o nosso papel de elaborar leis que realmente venham ao encontro dos anseios da população e que venham a beneficiar a sociedade mineira. Muito obrigado.

O Deputado Almir Cardoso - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, ouvintes das galerias:

Amanhã, dia 13 de maio, comemora-se oficialmente a abolição da escravatura. A comemoração, no entanto, é apenas oficial: os negros do Brasil ainda lutam para que seja abolida a discriminação social a que foram submetidos após a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, mas não assegurou ao povo negro as condições mínimas necessárias para que ele se integrasse, de maneira digna e igualitária à nova ordem social que se configurava no momento. Ainda hoje, a verdade que envergonha a alguns, embora devesse envergonhar a todos, é que, após 107 anos de libertação dos escravos, nossa sociedade discrimina, marginaliza e exclui da cidadania plena milhões de negros e mestiços, todos brasileiros como nós.

Muito se fala da existência de uma democracia racial no Brasil. Mas como acreditar nessa democracia, quando a simples observação da realidade dispensa os números estatísticos e revela as tristes condições de vida da população negra? A maioria das pessoas que habitam as favelas são negras ou mestiças. A maioria da população carcerária é negra ou mestiça. A maioria da população de rua brasileira é negra ou mestiça. Aos negros são reservados os piores postos de trabalho. Aos negros são reservados os piores salários. Aos negros são reservados todos os tipos de

preconceitos!

Quando observamos os meios de comunicação de nosso País, percebemos o quanto são desiguais as situações de negros e brancos. Um negro só é bem aceito pela sociedade, se atinge expressiva condição econômica, se é um artista ou desportista. Os comerciais de televisão só consideram os brancos como consumidores e padrão estético imposto pela mídia, especialmente a eletrônica, nos diz que bela é a raça branca com suas características. A história dos povos negros não é ensinada em nossas escolas. Pouca gente sabe quem foi Zumbi dos Palmares. Pouca gente sabe que ele foi um dos maiores heróis da liberdade em nosso País. Herói da liberdade do povo negro. Herói da liberdade do povo brasileiro. Essa data deve nos conscientizar da situação do povo negro brasileiro e de todos os discriminados por uma ordem social e econômica injusta, que é imposta a todos nós em toda a nossa história.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é fácil dizer o que está sendo celebrado, quem deve celebrar, qual é o tom comemorativo apropriado ou até mesmo se as comemorações da abolição da escravatura fazem sentido.

A comunidade negra do Brasil vem se organizando para que a comemoração da Abolição da Escravatura passe de 13 de maio para o dia 20 de novembro, quando se comemora a morte de Zumbi dos Palmares.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de fazer um convite a todos os Deputados para o lançamento oficial do Orçamento Participativo, hoje, às 19 horas, no Minascentro. A Prefeitura de Belo Horizonte convida toda a população e, em especial, os Deputados para participarem de mais este ato de democracia na administração de Belo Horizonte. Cabe salientar que é um processo de participação democrática, em que as nossas audiências públicas tentam esgotar o assunto: é uma oportunidade boa para aprendermos como fazer um orçamento participativo. Espero que possamos, com as nossas audiências públicas, alcançar o grau de participação e legitimação alcançado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Espero ainda que, para o ano que vem, possamos ter um percentual do orçamento para ser implementado através das audiências públicas regionais. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aplica-se muito bem ao Projeto de Lei nº 120/95 o dito popular: depois do grande terremoto, a montanha pare um rato. Quando esse projeto entrou, advertimos esta Casa, com um parecer jurídico da assessoria da Bancada do PT, que o projeto continha verdadeiras aberrações, porque desconhecia o fundamental, a Lei Federal nº 866, de 1993, que estabelece os casos de contratação do pessoal especializado, chamado de notório saber. Dissemos que era mais uma trombada jurídica do Governo, que expunha os Deputados da bancada de sustentação ao constrangimento de ter que defender o indefensável, de ter que concordar com um erro jurídico e um projeto politicamente incorreto.

A Bancada do PT mencionou a necessidade da modificação da alínea "b" do art. 11 da Lei nº 10.254. Essa alínea incluía, como caso de contratação de caráter excepcional de interesse público, como calamidade e coisas afins, a questão do notório saber, ferindo a Lei Federal nº 866, de 1993, que garantia essa distinção nos dois casos. Então o Governo deveria pedir a revogação da alínea "b", pois o projeto tratava de uma questão que já era objeto de legislação federal.

Parabenizamos o relator, Deputado Ronaldo Vasconcellos, por ter acolhido as sugestões que fizemos na época, o que dignifica e honra a nossa assessoria. As críticas feitas são no sentido de colaboração e de complementação, para não se permitir constrangimentos como o aqui vivido pela bancada quando da tramitação do projeto. A única coisa que temos a considerar, e à qual não vamos opor resistência, é que o projeto substitutivo, apresentado pelo Deputado Ronaldo Vasconcellos, modifica o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.444, que estabelece prazo de serviço de um ano, prorrogável por mais um ano nos casos da contratação de notório saber. Essa lei é anterior à própria Lei nº 866 e precisaria também ser corrigida. O projeto do Deputado, portanto, corrige duas leis estaduais que se chocam com a Lei Federal nº 866. Queremos registrar nosso apoio ao projeto do Deputado Ronaldo Vasconcellos. As críticas que fazíamos, às quais esse Deputado, como representante da Bancada do PT, e da Comissão de Administração Pública se antecipou, eram no sentido de acolher sugestões e dar ao Governo condições de fazer as contratações necessárias ao serviço público sem, para isso, usar de artifícios extralegais ou ficar sujeito a críticas, como ficou sujeito no projeto em questão. Então, registramos o nosso apoio ao substitutivo do Projeto de Lei nº 120/95, na certeza de que a Oposição contribuiu decisivamente para que o Governo não cometesse mais um erro. Muito obrigado.

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 17/5/95

O Deputado Almir Cardoso* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa, pessoas presentes nas galerias, aqui estamos para falar das dificuldades que vêm enfrentando as pequenas e microempresas, principalmente no nosso Estado.

Estive acompanhando uma comitiva de pequenos empresários em visita ao Governador, na 2ª-feira, quando entregaram um "Manifesto à Nação Brasileira", solicitando a S. Exa.

que envidasse esforços junto ao Presidente da República, no sentido de alterar a política creditícia e a política de juros, que estão levando à inviabilização de grandes setores da economia nacional e, em especial, a pequena e microempresa.

Passarei à leitura do manifesto: (- Lê:)

*"Por acreditarmos no Plano Real, ampliamos nossos negócios, investimos e contratamos mão-de-obra.

O Governo brasileiro, para atender, satisfazer e atrair os grandes investidores internacionais e brasileiros, após a crise no México, resolveu mudar toda a política de juros e crédito do Plano Real.

A atual política governamental de juros altos e arrocho no crédito é abusiva, covarde e irresponsável. Esta política terá como conseqüência a destruição do Plano Real, pelo aumento da dívida interna, aumento da base monetária, com conseqüente volta da inflação, maior concentração de renda e destruição maciça do segmento da pequena empresa, gerador de empregos.

Os pequenos e microempresários estão, desesperadamente, vendendo seu patrimônio, buscando agiotas, pagando juros de 30 a 40% ao mês.

Exigimos mudança imediata dessa política insana.

Não aceitaremos mais, passivamente, quebrar nossas empresas e demitir nossos empregados só porque o Governo Federal de Brasília resolveu que ele tem que ter o saco cheio de dólares.

Definitivamente, não queremos nenhuma forma de ajuda ou subsídio do Governo, mas exigimos juros e crédito compatíveis com a sanidade mental das pessoas e pequenas empresas.

Queremos trabalhar em paz pela justiça, pela dignidade, pela cidadania."

* - Publicado de acordo com o texto original.

Esse manifesto está correndo o País e já teve a adesão de inúmeras associações de pequenas e microempresas de vários Estados. A nossa intenção é levantar, principalmente, as dificuldades que as microempresas hoje apresentam. Uma das primeiras medidas, no que diz respeito à adequação das empresas, consiste na demissão de empregados. Estamos imensamente preocupados com isso. A "Folha de S. Paulo", hoje, diz que, pela primeira vez neste ano, o nível de emprego registrou queda. Sabemos que estamos a um passo da recessão, se não forem tomadas as medidas concretas para reverter esse quadro.

Portanto, Srs. Deputados, solicitamos apoio e pressão junto às forças políticas do Estado e aos Deputados Federais, a fim de que possamos realmente sensibilizar o Governo, para que ele tome medidas concretas de reversão dessa política e de apoio, principalmente, às pequenas e microempresas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que nos traz, hoje, aqui, nesta tribuna, é fazer com que se registrem, nesta Casa, dois importantes convênios assinados pelo Governo do Estado, na última sexta-feira; é trazer para os anais da Assembléia Legislativa alguma coisa daquilo que representa a visão de modernidade do Governo Azeredo e o que isso pode resultar de positivo para Minas Gerais e para o Brasil.

Achamos que o posicionamento de um parlamentar durante o seu mandato não pode estar restrito, simplesmente, ao apoio ao Governo na hora do voto e de certas questões polêmicas aqui na Assembléia Legislativa. Mas acho que é dever do parlamentar independente, que tem consciência do seu mandato, trazer a esta Casa as iniciativas de valor e importância tomadas pelo Governo do Estado. É em função disso que aqui estamos, para trazer um elogio ao Governador Eduardo Azeredo, pelos convênios assinados sexta-feira passada, dia 12 de maio, no Palácio da Liberdade, e os quais interessam, sobretudo, às áreas da educação, da cultura, da pesquisa, enfim, à comunidade científica do Estado de Minas Gerais.

Queremos, neste pronunciamento, dizer que, naquela ocasião, estiveram presentes várias autoridades que assinaram os dois convênios: o primeiro, relativo à TV-Minas, em convênio com a EMBRATEL; o segundo, relativo à criação da Rede Minas de Pesquisa, ligada à Rede Mundial de Computadores da INTERNET. Dentre outras autoridades e personalidades do Estado presentes, gostaríamos de destacar a presença de um ex-professor nosso, da Faculdade de Medicina da UFMG, Prof. Carlos Ribeiro Diniz, hoje Diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação Ezequiel Dias, a FUNED. Foi com alegria que, depois de mais de 20 anos de formado em Medicina, pude reencontrar o antigo catedrático de Farmacologia e Professor de Bioquímica da Universidade Federal de Minas Gerais.

É bom saber que, depois de tantos anos, esse mestre assíduo e competente, um dos mais altos nomes da ciência brasileira, ainda está presente nas altas decisões científicas de Minas Gerais. Ele lá estava como representante do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da FUNED, para participar e assinar convênios importantes relativos à Rede Minas, ligada à INTERNET.

Os dois convênios, voltamos a frisar, são da mais alta importância. O primeiro,

firmado com a EMBRATEL, interessando à TV-Minas, é, conseqüentemente, um convênio que vem fomentar a educação e a cultura neste Estado, além de promover uma maior integração entre os municípios. Sabemos que a TV-Minas, hoje, atinge, em média, 215 municípios mineiros, com programação diária de três horas. Com a assinatura desse convênio com a EMBRATEL, ela passa a estar interligada ao Satélite Brasil-SAT, utilizando a tecnologia digital, e atingirá, dentro de pouco tempo, 381 municípios, 24 horas por dia. Isso significa, além de tudo, um aumento da programação local, que poderá levar para os municípios mineiros essa programação, ao invés da programação nacional da Rede Padre Anchieta, da TV Cultura de São Paulo, da TV-E, do Rio ou da Rede Roquete Pinto.

O segundo convênio vai colocar Minas Gerais numa situação que há pouco tempo parecia ser ficção científica, imaginação de gênios ou idéia de pessoas da mais alta criatividade. Esse convênio possibilitará a interligação de 18 comunidades científicas acadêmicas e federais em Minas Gerais. Dentre elas temos a UFMG, a UEMG, a Universidade de Viçosa, a Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro e diversas comunidades científicas de Minas Gerais. Há um ponto central na UFMG, onde essas instituições se interligam à INTERNET, que é a maior rede de computadores do planeta. Essa rede surgiu nos anos 60, no auge da guerra fria, como um organismo do departamento de defesa do Governo dos Estados Unidos, para servir como uma poderosa rede de informações. Hoje, com o fim da guerra fria, houve uma evolução nessa rede, e ela não é mais propriamente uma rede estatal americana. Muitos dizem que ela é uma rede de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

Essa rede liga hoje 40 milhões de pessoas em todo o planeta Terra. Há ainda uma perspectiva de crescimento de seus usuários de 900%, em 1995. Atualmente, por essa interligação, Minas Gerais está conectada a 100 países do mundo. O Brasil, por essa interligação de Minas Gerais, já pode surfar ou navegar nas ciberondas, nas ondas eficientes, instantâneas, progressistas, modernas e atuais da cibernética. Esses sinais de telefonia são convertidos em linguagem de computador e vice-versa. Assim, podemos ver a importância dos convênios assinados pelo Governador Eduardo Azeredo na última sexta-feira, promovendo a interligação dos municípios através da rede de televisão Minas - da Rede Cultura - e da interligação da comunidade científica e tecnológica de Minas Gerais à INTERNET. Portanto, Minas Gerais está na vanguarda dos Estados ligados a essa rede mundial de computadores. Estamos aquilatando que o Governo Eduardo Azeredo está cumprindo sua promessa de campanha de ligar Minas Gerais - de colocar Minas Gerais na vanguarda da área científica e da ciência. Minas agora está no sistema integrado de televisão e está promovendo a integração de seus municípios. Parabéns, Governador Eduardo Azeredo. Parabéns, Governo de Minas Gerais. Com a assinatura desses convênios, o Governo Eduardo Azeredo confirma e ratifica o seu propósito de dar outra dimensão ao Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, demais pessoas presentes: diante de fatos desagradáveis que têm ocorrido - temos tomado conhecimento de alguns nesta Assembléia, através dos meios de comunicação -, achamos por bem posicionarmo-nos e, até mesmo, sugerir alguns procedimentos.

Preservar e defender as instituições democráticas e os Poderes do Estado são imperativos permanentes para nós, parlamentares, uma vez que merecemos a confiança do povo para representá-lo dignamente e conduzi-lo a um futuro melhor.

A democracia e os democratas têm terríveis inimigos, pois visam à democratização dos bens fundamentais, ajustados aos interesses e ao bem comum da sociedade, e, para atingir esses objetivos, necessariamente, acabam tocando os privilégios e interesses dos grupos que detêm especialmente o poder econômico neste País. Esses grupos se sentem extremamente incomodados quando reagimos e agimos com dignidade e incondicional apego às exigências da ética e da moral e, sobretudo, quando fazemos opção pelos pobres, pelos carentes, quando nos colocamos do lado dessa massa imensa de excluídos, que é a marca dramática do nosso Brasil, hoje. Os Grupos que detêm o poder sempre tenderam a manipular tudo, a informação, a economia, a cultura, o processo político, etc., em função de seus interesses e de privilégios. São incapazes de sensibilizar-se com qualquer realidade, não têm olhos para a miséria nem ouvidos para o clamor de justiça. Quando se lhes fala de problemas sociais, só ironia e indiferença dão como resposta. Erguem-se como feras quando se coloca a necessidade de mudar as estruturas, especialmente a econômica, em função de uma transformação social profunda e globalmente marcada pela justiça. A reação é violenta, porque não podem imaginar, por um instante sequer, que seus interesses e privilégios sejam tocados, por isso irrita-os ouvir falar de justiça social e de bem comum.

A liberdade sem limites, a livre concorrência e o lucro são os incentivos que sempre reclamam. Tudo deve ser regulado apenas pelas leis de mercado, rejeitando-se brutalmente qualquer apelo de caráter ético. O ter e o acumular são a razão da vida deles, isto é, o lucro e a acumulação de bens materiais. É só. Jamais vimos, esse grupo mostrar-se sensível aos problemas sociais. Nunca os problemas e as necessidades da sociedade o incentivaram a embarcar em grandes projetos com função social, para

combater o desemprego, a miséria, a fome, etc.

Não acreditam nem em Deus, por isso não se arriscam em função da sociedade. Pesa mais o afã do lucro certo.

E, nesse afã de ter mais, são extremamente criativos, por isso pretendem encerrar os verdadeiros democratas numa espécie de cativeiro sem saída. Gostariam alguns deles, especialmente os inescrupulosos, que nós, parlamentares, lhes garantíssemos a compra permanente de espaços nos meios de comunicação, mas, como isso não acontece, inventam informações falsas contra nós, que são difundidas até em rede nacional, em horário nobre. Por isso, pretendem nos arrincoar e jogar contra nós a sociedade. Para não denunciarmos suas injustiças, querem nos amordaçar. Por isso, montam uma campanha para denegrir-nos e descaracterizar-nos, para provocar-nos e colocar-nos contra a parede e na defensiva.

Mas existem, ainda, outros adversários violentos da democracia e dos democratas: os que não sabem trabalhar na diversidade e no pluralismo, os que não gostam do debate aberto. São os coletivistas e totalitários de sempre, que combatem a democracia, rotulando-a de burguesa, e, em situações de ditadura de direita, hasteiam as bandeiras da democracia para se defender da repressão. Já quando o totalitarismo e a ditadura são de esquerda, eles se consideram os únicos revolucionários, e os que se lhes opõem são chamados de reacionários. Mas, quando a democracia volta, e o povo não lhes confia a responsabilidade de conduzir seu destino, os democratas são combatidos sem trégua e com armas e recursos os mais torpes e conspurcados. Usam o que neles sempre foi a primeira arma para desestabilizar ou desqualificar seus adversários, a adjetivação, a agressão e o terror ideológico, e, especialmente, quando a força da razão de seus adversários é mais contundente e transparente, não toleram. Então, começa a rotulação do adversário: de direita, reacionário, conservador, etc. Esses, ainda hoje, continuam perdidos na sua perplexidade, depois de mais de cinco anos de derrubado, estrepitosamente, seu referencial totalitário no leste europeu, deixando como amostra histórica apenas fracassos e frustrações. E continuam esperando que, em Cuba, dê certo um regime alicerçado na privação absoluta da liberdade e na prepotência de um homem que, durante mais de 35 anos, impõe-se pela força e não reconhece seus fracassos.

Enfim, uns e outros, às vezes, acabam sintonizando-se e nos combatem sem piedade e com todas as armas. Uns, porque não querem que seus privilégios sejam tocados, em função da justiça social. Outros, porque prefeririam ser os únicos condutores do processo político. Pois bem, nós continuaremos lutando pela justiça social, por uma democracia integral, representativa, participativa e pluralista. Nada há que possa nos silenciar, porque o clamor de justiça e as exigências da ética sempre falarão mais alto, e a eles subordinamos o nosso compromisso. Não conseguirão nos silenciar, porque estamos como porta-vozes permanentes desse povo que nos elegeu e de nós exige uma conduta e um comportamento dignos de sua confiança.

Colegas Deputados, eis alguns fatos que me incitam a fazer estas colocações e algumas propostas concretas para enfrentar as pessoas e/ou instituições que possam lesar especialmente o Poder Legislativo. Existe uma sistemática campanha no sentido de deturpar a nossa imagem como parlamentares. Parece que nós somos os culpados de tudo. Os deputados são sempre o referencial negativo quando se trata do salário mínimo, quando se trata dos aposentados, e assim por diante. O objetivo claro parece ser desprestigiar-nos. Parece até que essa campanha já teve eco em membro do Executivo Estadual, que se teria expressado em público contra nós, parlamentares. Esse fato, se confirmado, seria grave, pois o aludido funcionário estaria contribuindo, não sabemos com que pretensões, para conflitar as relações entre os Poderes.

Recentemente, nos jornais da Capital e numa rede nacional de televisão, difundiram-se informações segundo as quais cada um de nós, parlamentares, teríamos gabinetes com 37 funcionários pagos pelo Estado. Não posso imaginar em que gabinete caberia tantas pessoas, tampouco que trabalho seria ali realizado por tanta gente, se já contamos com a estrutura, por sinal excelente, da Assembléia. A atenção da sociedade, a partir dessas informações, concentra-se na parte financeira, porque a pergunta que fica é: quanto custa um Deputado, se, além de um salário de "marajá", que dizem que recebe, onera o Estado com salários para mais 37 funcionários? Se multiplicarmos essa cifra por 77 deputados, teremos, nesta Casa, mais 2.849 funcionários. E se, com base nesse resultado, as pessoas especularem sobre salários, como ficará a nossa imagem? Fui privilegiado com uma salinha de escassos 50m2 onde não dá para colocar nem 10 pessoas. Mas o fato que eu quero salientar é que desta Casa não saiu nenhum pronunciamento para rebater essas falsas informações. Considero, então, que devemos exigir o que, por direito, a nós cabe e, nos mesmos meios e nos mesmos espaços, retificar as falsidades que se difundem contra o Poder Legislativo.

Eu não tenho condições de julgar os meus colegas Deputados, porque não é do meu estilo ficar buscando motivos para cassar qualquer um, mas, também, ninguém tem o direito de me colocar no saco dos corruptos pelo simples fato de que alguém tenha

provas de corrupção contra algum parlamentar. É importante distinguirmos o joio do trigo e arrancar o joio onde ele exista para não continuarmos nos contaminando, mesmo que ele esteja dentro da própria casa.

O silêncio não parece recomendável, porque, oportunamente, essas falsas informações serão retomadas, e, se não forem contestadas, serão novamente usadas contra nós. Considero que uma responsabilidade política importante nossa é reagir e agir energicamente em defesa dos Poderes do Estado democrático quando eles são denegridos injustamente e com propósitos antidemocráticos e desestabilizadores.

Quero encerrar dizendo que, na pouca convivência que tenho nesta Casa, pude identificar pessoas do mais alto nível, e não é justo que cidadãos íntegros e honestos paguem por alguém que, inescrupulosamente, tem outros interesses que não sei quais são. Deixo, portanto, a proposta de que esta Casa encontre mecanismos para identificar aqueles que, de uma forma ou de outra, enfraquecem este Poder. Sem um Legislativo forte, respeitado, não podemos ter uma boa democracia. Espero que a Mesa e a Casa encontrem meios para identificar aqueles que, porventura, possam estar denegrindo a imagem desta Assembléia e, segundo normas legais, busquem a repreensão e a ação enérgica, para que este Poder e os outros deste Estado sejam mantidos, sem ser aviltados, como têm sido até agora. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, representantes da imprensa, temos dois assuntos a serem tratados aqui desta tribuna. Entretanto, quero tecer algumas considerações sobre as palavras do meu antecessor, o Deputado Miguel Martini. Não ouvi toda a sua explanação, mas entendi bem o conteúdo de sua mensagem.

Concordamos com suas palavras e as endossamos no que diz respeito a não podermos deixar que denigrem a imagem do nosso Legislativo. O Deputado Miguel Martini e vários Deputados aqui presentes são honrados. Houve uma renovação de quase 50% na Casa, e para mantermos essa imagem positiva e transparente é necessário que alguma coisa seja feita.

Há anos temos cobrado o funcionamento desse painel eletrônico. Por que ele não passa a funcionar? Foi comprado por um valor altíssimo, e a nossa presença ainda é anotada de maneira secreta. Por que não tornamos transparentes esses atos?

Por que dar dinheiro de subvenção para ex-Deputados? Para Deputados que estão sendo processados? A Assembléia recuou, mas, na verdade, você exerce o mandato durante quatro anos e, depois disso, não é mais Deputado; não há mais nenhum vínculo com o mandato e não há mais nenhuma representatividade: o povo não lhe outorgou mais nenhum direito de representá-lo. Aí, ele fica com R\$170.000,00 para distribuir para ... Deus sabe como?! Existem mil maneiras de se fazer isso. Todo mundo sabe que existem entidades fantasmas que existem de direito e não de fato. Isso tudo é negativo. Mas não é só isso... Uma série de outras coisas precisam se tornar transparentes. Uma questão que também estamos acompanhando com muito carinho e muito cuidado é a da Comissão de Assuntos Municipais, que analisa os pedidos de emancipação. Já foram feitos tantos remendos que ela já está desmoralizada e, seria até o caso de paralisarem todo o seu trabalho e partirem para uma profunda discussão sobre como e por que se emancipar. Quais são os critérios? Por que motivo, de acordo com o interesse de cada Deputado, surge uma emenda, um substitutivo, ou surge uma nova lei? Aí, realmente, não dá.

Estou aqui, há quatro anos. Agora, estou iniciando o segundo mandato. Já tive grandes decepções na Casa, mas sei que aqui existem Deputados seriíssimos, e não pode ser imputada a eles responsabilidade sobre coisas que outros fazem.

Nós, que somos Deputados, que temos formação cristã, formação moral, temos que lutar, inclusive suprapartidariamente, pois existem questões éticas e morais que temos que defender. Não votaria a favor de meu partido se fosse contra uma questão ética apenas para ser corporativista. Não votaria contra uma legislação vigente apenas para acompanhar o partido. Nisso eu tenho independência.

Temos que ter essa coerência, procurando votar de acordo com a consciência, mas de acordo com a legislação, não aceitando determinados favores.

Instalou-se aqui uma CPI para analisar questões ligadas a empresas de transporte intermunicipal, e vocês precisam ver o que aconteceu nesta Casa: o "lobby" foi fortíssimo. Todo dia tinha dono de empresa de transporte pressionando, como se não tivéssemos o direito de instalar essa CPI. Chegou-se ao ponto de um advogado do sindicato sair expulso da Casa, carregado por seguranças, porque ele queria agredir Deputados aqui dentro.

Então, penso que temos que lutar muito para manter uma boa imagem do Legislativo, pois temos aqui pessoas íntegras e idôneas em todos os partidos. Não podemos dizer que somos donos da verdade. Sempre procuramos denunciar o que está errado, sem fazer sensacionalismo. Sou contra esses aspectos sensacionalistas. Há pessoas que querem explorar, denegrir cada vez mais e com isso, enfraquecer, o Poder Legislativo.

Enfraquecendo o Poder Legislativo estamos enfraquecendo a democracia. Há pessoas que

defendem a volta da ditadura. Isso é que é o pior, porque sabemos que várias pessoas foram assassinadas em nome do golpe militar e só agora a morte dessas pessoas está sendo apurada. Parece que foi em torno de 150 o número de pessoas torturadas de maneira cruel. Portanto, temos que defender, de uma maneira radical, a democracia.

Queremos fazer esse debate. Concordamos que encontramos nesta Casa Deputados idôneos em todos os partidos, Deputados que querem, realmente, mudar a fisionomia da Casa. Tudo aquilo que pudermos fazer para melhorar nossa imagem, para nos sentirmos à vontade onde formos, para nos sentirmos respeitados, faremos, porque não concordo, em absoluto, com a idéia de que, por ser político, alguém deve ser considerado corrupto. De jeito nenhum. A política é fundamental em todos os setores da sociedade. Quem fala que não é político é o mais corrupto, porque ele faz política na sua casa, na igreja e em todo lugar. Isso é um direito de cada cidadão. Ele tem que fazer.

Quando reivindicamos melhorias em nosso bairro, estamos fazendo política; quando defendemos uma tese, dentro de uma igreja, estamos fazendo política. A política só não é bonita quando é feita de politicagem com o fim de se levar vantagem pessoal ou para a própria família.

Queria me juntar a essa corrente, que é uma corrente séria, feita de pessoas que querem melhorar a imagem do Legislativo.

Até vou deixar para outra oportunidade o meu segundo pronunciamento, pois diante desse fato, ele tornou-se secundário e pode ser feito em outro dia. Quero dizer que reconheço que existem pessoas da mais alta idoneidade aqui na Casa, e eu gostaria de me juntar a essas pessoas para levantar o moral do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, Deputados e Deputadas, demais presentes a esta reunião, quero dizer, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, que concordo com tudo o que foi dito pelo meu companheiro Deputado Miguel Martini e, também, com a posição do Deputado Marcos Helênio. Quero dizer, além disso, que, depois de muitos anos de experiências como atleta, creio que em todos os segmentos da sociedade enfrentamos lutas. Lembro-me do tempo em que muitos jogadores se dopavam para jogar, do tempo em que atravessei turbulências da máfia da loteria esportiva, quando muitos atletas foram acusados de se vender em campo para modificar resultado final da loteria esportiva. Mas, graças a Deus, todos nós e muitos outros atletas pudemos passar por esse tempo de turbulências e de acusações limpos, pois creio que em todos os segmentos da sociedade e em todas atividades humanas não podem existir generalizações. Talvez a pior figura do futebol - especialmente o futebol, entre todas as atividades esportivas - deve ser a do centroavante. Depois que o goleiro pega a bola, joga para o lateral direito, que joga para o jogador de meio de campo, que é o computador da equipe, é o que pensa na jogada, e que, debaixo praticamente da trave, rola a bola para o camisa nº 9, para que este faça o gol. Então, ele sai buscando onde está a câmera de televisão, o gol do fantástico e fica parecendo que só ele fez tudo. Creio que esta é uma figura que tem de ser totalmente abolida tanto no futebol quanto em todas as atividades humanas, ou seja, a pessoa que acha que fez tudo sozinha.

Portanto, estou de acordo com o Deputado Miguel Martini e com o Deputado Marcos Helênio e creio que esse é um parlamento sério, com muitos homens sérios e pais de família; eles representam os segmentos do que de melhor temos em Minas Gerais, em nosso País, e têm que ser respeitados, não há dúvida nenhuma. Creio que muitas famílias, muitas comunidades não merecem o desgaste que estamos experimentando neste momento.

Mas o que me traz aqui é que no dia 26 de abril próximo passado, em razão de requerimento apresentado pelo Deputado Gil Pereira, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que venho presidindo com muita honra, representada ainda pelos Deputados Gil Pereira, Antônio Roberto, Paulo Schettino e José Braga, deslocou-se até Montes Claros, no norte de Minas, com o objetivo de verificar as condições da cadeia pública local, para, em seguida, tomar as providências cabíveis.

Infelizmente, o que constatamos não se diferencia muito da realidade carcerária encontrada no resto do Estado. No momento da visita, encontravam-se recolhidos naquele estabelecimento carcerário 197 presos, acomodados em 18 celas, o que equivale a um excedente de 137 pessoas, já que o local tem capacidade para abrigar condignamente no máximo 60 presos. Além disso, 168 presos ali recolhidos já haviam sido condenados pela Justiça e deveriam, pois, estar cumprindo suas penas em estabelecimentos próprios. Apenas 29 deles aguardavam julgamento e por isso ali deveriam permanecer.

Pudemos ainda constatar a presença de mulheres, menores infratores, doentes mentais e portadores de doenças infecto-contagiosas entre os presos; amá conservação de estruturas como banheiros e instalações sanitárias, e a falta de recursos humanos e materiais básicos como os de limpeza e conservação, o que tem contribuído para que o ambiente se torne ainda mais hostil. A assistência médico-hospitalar e dentária tem sido realizada de maneira informal, somente em casos de extrema urgência e utilizando medicamentos doados pela comunidade local. A deficiente assistência jurídica prestada

aos detentos também tem sido fator contribuinte para o superpovoamento do local.

Sabemos que as dificuldades relacionadas à estrutura carcerária, infelizmente, têm feito parte do cotidiano brasileiro, ainda tão carente de ações sociais efetivas, especialmente as preventivas, para a promoção da qualidade de vida e do bem comum. Mas esta é exatamente uma das razões pelas quais a Assembléia Legislativa criou uma Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais: para fiscalizar e garantir a preservação dos direitos humanos, da segurança dos cidadãos, oferecendo oportunidades e condições à verdadeira reabilitação dos detentos.

Não só a comunidade local como vários representantes do poder público em Montes Claros, no fórum, nas delegacias, na Câmara Municipal e na Prefeitura se mostraram interessados em buscar soluções objetivas para minimizar o drama dos detentos, restabelecendo o bom convívio social e garantindo não só a sua segurança como também a da própria população da cidade. A construção de uma penitenciária regional foi considerada uma das cinco prioridades da cidade, durante audiência pública municipal ali realizada.

De posse do relatório desta visita e com várias reivindicações a fazer, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais foi muito bem acolhida, na tarde de ontem, pelo Exmo. Secretário de Justiça, Tarcísio Henriques, que nos prometeu as seguintes providências: os presos excedentes da cadeia pública de Montes Claros serão imediatamente transferidos para a penitenciária de Unaí, e os portadores de doença mental serão transferidos para o hospital psiquiátrico de Barbacena. O problema dos adolescentes infratores recolhidos naquele local ficará sob a incumbência da Secretaria da Criança e do Adolescente, que, com a aprovação da emenda de minha autoria, apresentada durante o processo de criação daquela Secretaria, absorveu a Superintendência de Atendimento e Reeducação ao Menor Infrator - SAREMI.

O Governo possui recursos já assegurados para a construção de uma prisão-albergue, bastando para sua instalação apenas a assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Montes Claros e o Governo do Estado. Já a penitenciária regional poderá ser construída ainda este ano. A comunidade local sugeriu sua construção em um terreno de Francisco Sá. Basta apenas avaliá-lo para verificar sua adequação à instalação de uma estrutura carcerária. Estamos, portanto, nós, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, plenamente satisfeitos, juntamente com os Deputados Gil Pereira e Jairo Ataíde, que nos acompanharam à audiência com o Secretário Tarcísio Henriques, por termos cumprido o nosso dever com resultados tão satisfatórios até o momento e estamos aqui, neste momento, para dividir essa satisfação com os colegas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores que nos visitam, companheiros, nós, também, não podemos ficar calados diante dos pronunciamentos dos Deputados Miguel Martini e Marcos Helênio, quando tecem, com muita propriedade, alguns comentários a respeito da nossa missão, da nossa responsabilidade nesta Casa. Com a experiência que temos, como Vereador, durante 16 anos, em Montes Claros, à primeira vista, estamos um tanto chocados e, até certo ponto, decepcionados com muitas coisas que acontecem nesta Casa. Entretanto, acreditamos que, com boa vontade e experiência, possamos desempenhar o nosso papel, procurando fazer um trabalho sério, de respeito e que vá ao encontro dos anseios do povo de Minas Gerais.

A questão da honestidade, a questão de estarmos preparados para o desempenho do nosso papel é obrigação de cada um de nós. Acreditamos que o mais importante, o mais fundamental é que esta Casa tenha independência, coerência e, acima de tudo, o compromisso com os nossos ideais e com a nossa consciência.

Sr. Presidente, queremos nesta data destacar a importância da matéria do repórter Luiz Ribeiro, veiculada pelo "Estado de Minas" do dia 14/5/95, com o título "A Economia se Esvai na Fuligem do Carvão". O trabalho jornalístico do repórter retrata fielmente o que na verdade acontece na região do Norte de Minas, conseguindo mostrar os dois lados do problema.

O primeiro refere-se à situação dos empregados. Na região, há mais de 100 mil trabalhadores envolvidos nessa atividade, muitos deles menores de idade. É importante que a situação desses menores seja analisada, porque não basta que tenham apenas o emprego, é necessário que se analise a situação educacional, a qualidade de vida, de saúde, enfim, as autoridades devem estar atentas no sentido de olhar como um todo os trabalhadores das carvoarias, não só os menores como também os adultos.

O outro problema criado com a proliferação dessa atividade refere-se ao impacto ambiental. A lei hoje vigente garante a preservação de áreas naturais específicas mas o que se vê na prática é uma devastação quase que total de nossas matas, do nosso cerrado, chegando mesmo a interferir nas condições climáticas da região.

Não temos dúvidas de que essa longa seca que estamos vivendo, as constantes pragas como a dos gafanhotos (demonstrando um descontrole biológico sem precedentes), os rios, córregos e riachos que estão secando, tudo isso representa uma reação da natureza aos atos incontroláveis e inconseqüentes dos que querem fazer da nossa

região um verdadeiro deserto.

O Norte de Minas foi conhecido há bem pouco tempo como a terra do boi gordo, e, em virtude dessa condição, instalaram-se em Montes Claros indústrias como o Frigonorte, que chegou a abater cerca de 500 bois por dia. Vieram depois indústrias de beneficiamento como o Cortenorte, ligada à exploração do couro bovino, chegando a exportar e gerar riquezas para a região. Nessa mesma época, instalou-se o Passanorte, que industrializava esses couros e transformava-os em sapatos de qualidade igual ou superior aos de outros grandes centros produtores. Todas essas indústrias foram instaladas com incentivo da SUDENE e permaneceram estáveis por pouco tempo. Uma a uma foram fechando, demonstrando que aos poucos a pecuária deixava de ser nossa principal fonte de riqueza.

A seguir, veio o período do algodão, com uma grande produção e entusiasmando os agricultores. Foram abertas inúmeras fábricas de beneficiamento de grande porte como a Coteminas, Cotenor, Santa Helena, Têxtil Paculdino, dentre outras. Novamente o desestímulo e a falta de incentivos contribuíram para uma nova mudança no pensamento dos moradores do extremo Norte de Minas.

Posteriormente, devido à falta de incentivos, verificamos uma nova mudança na mentalidade dos produtores rurais, que passaram a explorar as riquezas naturais com a derrubada das nossas reservas e a queima dos nossos cerrados para a transformação em carvão. Como resultado, verificamos a saída diária de centenas de caminhões para abastecer as empresas de siderurgia, contribuindo para o progresso de outras cidades e deixando o rastro de miséria e destruição no Norte de Minas.

Entendemos que a produção de carvão na região do Norte de Minas é hoje essencial para a sobrevivência de milhares de trabalhadores, pois representam um movimento de US\$200.000,00 por dia, mas entendemos também que, em nome dos milhares de trabalhadores, em nome da sobrevivência de toda uma região, é necessário que se tomem algumas providências urgentes, como as que citamos a seguir:

1 - Regularização da situação dos trabalhadores que atuam na exploração do carvão, desde a derrubada das matas, passando pela produção nos fornos, até a comercialização nos grandes centros, acabando assim com a indústria do analfabetismo e a exploração da mão-de-obra barata.

2 - Verificação da situação dos trabalhadores menores, preservando-se o direito e a obrigação de freqüentarem as escolas, bem como as condições mínimas de saúde, habitação e qualidade de vida.

3 - Controle rigoroso das áreas desmatadas, evitando-se dessa forma o abuso que se verifica quando muitos não preservam nem mesmo as nascentes dos rios, contribuindo cada vez mais para o agravamento do problema da seca e a destruição dos rios e córregos.

4 - Elaboração de projetos ambientais de reflorestamento, principalmente visando à recuperação das matas originais, incentivando os proprietários e as empresas responsáveis e penalizando os que não respeitam e degradam o meio ambiente.

5 - Elaboração de projetos de fomento e incentivo aos proprietários rurais para constituírem as chamadas fazendas de reflorestamento, estabelecendo-se critérios para o plantio de espécies próprias para a exploração na atividade carvoeira, como o Eucaliptus e Pinus, evitando-se assim a brutal destruição dos cerrados e das matas nativas. Dessa forma, teríamos um controle rigoroso sobre as áreas plantadas, evitando o desequilíbrio ecológico, proporcionando condições financeiras para o produtor rural e promovendo o desenvolvimento sustentável da Região do Norte de Minas.

Se tais medidas forem efetivamente tomadas, poderemos vislumbrar uma nova perspectiva para a região, preservando o que temos de mais sagrado, que é a natureza, e não correremos o risco de ser taxados de irresponsáveis pelas gerações futuras. É preciso seriedade neste momento e, acima de tudo, muita determinação no sentido de salvarmos essa vasta região que está sendo objeto de interesse dos grandes investidores, que querem aplicar recursos na agricultura irrigada através dos Projetos Jaíba, Gortuba e futuramente, o Projeto Jequitaiá.

É nosso pensamento promover um amplo debate com a participação ativa da UEMG, da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMANS -, da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE - AVANS - e de toda a sociedade organizada, para que juntos identifiquemos as dificuldades e os abusos que se estão cometendo e proponhamos as soluções aos Governos Estadual e Federal. Com certeza, nós, Deputados Estaduais e os Deputados Federais poderemos direcionar nossas ações políticas e evitar que Minas Gerais assista, de forma passiva, ao grande crime ecológico que se verifica em seu território, servindo, assim, de exemplo aos outros Estados do nosso País.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, representantes da imprensa, ocupamos a tribuna, nesta tarde, porque, na reunião de ontem à noite, quando recebemos a visita do Secretário de Recursos Humanos e Administração, Dr. Cláudio Mourão, ficamos um tanto quanto estarrecidos com algumas

informações recebidas. Ao mesmo tempo, estamos dando prosseguimento ao trabalho que iniciamos quando fizemos a convocação do Secretário e, para isso, estamos encaminhando requerimento para que a Comissão de Administração desta Casa possa examinar os projetos e as propostas que estamos apresentando. Em primeiro lugar, queremos lamentar que o Secretário tenha dito aqui que se não fosse ele o censo não teria sido feito. Até entendemos, mas S. Exa. não pode se eximir das responsabilidades. O Estado não pode gastar R\$13.000.000.000,00 para fazer o censo e depois simplesmente dizer que ele não valeu nada. A Assembléia não pode aceitar posicionamentos desse tipo. Estamos, inclusive, solicitando as notas taquigráficas da fala do Secretário porque isso nos deixou extremamente preocupados. Gastaram-se R\$13.000.000.000,00. E daí? O povo precisa saber o resultado desse trabalho. O Secretário colocou que a PRODEMGE fez todo o trabalho do censo, mas temos informações da própria Secretaria de Recursos Humanos de que oito empresas participaram do processo de terceirização do censo. Alguém está errado.

A Comissão terá que investigar quanto cada um recebeu para participar desse trabalho. Além disso, o próprio Secretário de Administração colocou que a Secretaria está pagando, todo mês, à PRODEMGE, para que ela armazene e guarde os arquivos do censo. Isso ainda está custando dinheiro do povo de Minas Gerais! O povo tem que pagar à PRODEMGE todo mês, e isso não fica barato. O Estado está pagando para armazenar informações que, segundo o próprio Secretário, não tem utilidade. Além disso, o Secretário não afirmou que o Estado está pagando. Reconhece que Minas Gerais pode estar pagando pessoas que já morreram. Pela formação evangélica, religiosa e cristã que tenho, fica claro para mim que morto não precisa de recursos. Mas, lamentavelmente, parece-me que, aqui em Minas Gerais, os mortos precisam de recursos para continuar cobrindo suas contas onde estão vivendo. Acho isso muito estranho, e Minas Gerais tem que dar uma resposta urgente a essa questão. Não dá para aceitar a resposta de que vamos saber um dia. Precisamos, queremos e vamos continuar exigindo na Comissão de Administração que a Assembléia se pronuncie sobre essa questão, porque, do contrário, Minas Gerais cairá no ridículo, em nível nacional, por permitir que não saibamos quantos funcionários temos. O Secretário me deixou este documento, que estamos estudando e cujas cópias estão à disposição para que todos possam ver, e disse que não é possível dar mais reajustes porque o funcionalismo já teve reajustes muito grandes. Então, começamos a analisar a tabela. Os altos escalões, como por exemplo a Procuradoria-Geral do Estado, tiveram reajustes que chegaram a 250%, 212%, enquanto, na Secretaria da Educação, esse mesmo reajuste chega apenas a 68%. Aí podemos ver qual é a prioridade do Estado. É isso que estamos querendo discutir. Esses dados estão nos documentos que foram entregues aqui, ontem, pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos. É exatamente por isso que estamos dizendo que é preciso rediscutir a questão do reajuste dos salários dos servidores do Estado. Mas, discuti-la de forma séria. Foi justamente por isso que pedimos a vinda do Secretário, para que pudéssemos ter os dados e as informações para, a partir daí, estabelecermos um debate. Queremos debater com base em dados. Queremos saber qual é a proposta do Governo realmente, já que ele vem aqui dizendo que a sua prioridade é a habitação, é a recuperação do salário das professoras e do pessoal da polícia. Entretanto, quando analisamos documentos, podemos ver que a proposta do Governo é exatamente o contrário disso. Essas categorias foram as que tiveram o menor reajuste. Todas as outras, os altos escalões e os principais cargos ligados às Secretarias de Governo, à Procuradoria, aos gabinetes do Governo, tiveram reajustes acima de 180%. Está aqui. É exatamente isso que gostaríamos que os representantes do Governo viessem discutir. É isso que estamos querendo debater. Então, o objetivo da nossa fala é informar que estamos encaminhando requerimento à Comissão de Administração Pública desta Casa. Tenho certeza de que, ali, vamos conseguir estabelecer um debate, porque iniciamos esse trabalho em 1991, quando começamos a fazer o levantamento de todos os servidores do Estado. Lamentavelmente não sabemos, ainda, quantos são os servidores. Há muita gente na folha, mas que pode estar recebendo sem estar vivo.

O Sr. Secretário realmente não pode ser adivinho, por isso são publicadas listas de promoções de mortos. O Poder Legislativo pode e deve contribuir, auxiliando o Governo para que os vivos possam ter reajustes decentes e os mortos deixem de receber. Assim, haverá mais dinheiro para se pagar os vivos.

O Deputado Marco Régis - V. Exa. me permite um aparte?

O Deputado Gilmar Machado - Pois não, Sr. Deputado.

O Deputado Marco Régis - Agradeço o aparte que me concede o nobre Líder do PT, Deputado Gilmar Machado. A presença do Sr. Secretário de Administração neste Legislativo, ontem, à noite, foi oportuna, como o é o requerimento de V. Exa. Não sou porta-voz nem defensor do Governo. O Estado de Minas Gerais vinha sendo administrado de maneira antiquada. As administrações anteriores eram falhas, caóticas até. Sabemos que o Governador Eduardo Azeredo, dentro de seu espírito cibernético - podemos até chamá-lo de Governador cibernético -, pretende informatizar o Estado para ter melhor controle da máquina administrativa. São justas as alegações do nobre Líder do PT.

Também são compreensíveis as palavras do Sr. Secretário, aqui, ontem à noite. Da maneira como herdou o Estado, o Governo, realmente, não pode tomar o devido pé da situação. Acredito que com as novas diretrizes, com a informatização, com a descentralização, o Governo terá um controle mais eficaz de todo o seu quadro de funcionários.

A imprensa noticiou a existência de funcionários-fantasmas, zumbis de funcionários, no Estado. Se por um lado isso é lamentável, por outro se justifica pela maneira ultrapassada como este Estado era administrado.

Ontem não tive oportunidade de ouvir os comentários iniciais do Sr. Secretário. Cheguei atrasado e não pude me inscrever para o debate. Entre os assuntos abordados pelo Secretário, está o Regime Jurídico Único para os servidores, implantado a partir da promulgação da Constituição de 1988, ao qual gostaria de fazer reparos. Acredito que o regime estatutário ainda é a maneira mais eficaz que temos para se conter o inchaço da máquina administrativa. No meu modesto entendimento, aí está o equívoco. Não sou jurista, nem administrador, mas, dentro da minha experiência como Prefeito, considero que o mecanismo eficaz para se conter o inchaço da máquina administrativa é o concurso público. O Sr. Secretário repele o Regime Jurídico Único. S. Exa. se mostrou favorável às reformas constitucionais, inclusive à extinção da estabilidade para o servidor público, com o que discordamos totalmente. Essa é uma questão muito defendida pelo truculento Ministro Bresser Pereira. Ele demonstrou toda sua truculência e autoritarismo, quando esteve nesta Casa. Felizmente recebeu, na Câmara Federal, o troco devido do radical Deputado Jair Bolsonaro.

E, felizmente, precisou receber de um Deputado de direita o troco que merecia pelo autoritarismo e pela autocracia com que vem conduzindo a sua ação como Ministro da Administração.

Portanto, nobre Líder Gilmar Machado, pelo que sentimos do Governador Eduardo Azeredo e conforme dissemos em nosso discurso, acreditamos que ele tem a intenção de modernizar o Estado, de colocar Minas no estágio atual da civilização humana, na linha de primeiro mundo. Percebemos isso quando ele liga Minas Gerais à rede INTERNET, propiciando à comunidade tecnológica do Estado o acesso à maior rede de computadores do planeta e quando ele procura, por outro caminho, interligar os municípios mineiros à TV Minas. Com isso, o Governador está dando os primeiros passos para a concretização da modernização da nossa máquina administrativa. Tenho esperança, nobre Líder, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que Eduardo Azeredo vai agilizar o processo de descentralização administrativa e, nesse contexto, vai informatizar todo o Estado, para que possamos ter, realmente, aquele controle que V. Exa. apregoa e que a sociedade cobra para a agilização da máquina administrativa de Minas Gerais.

O Deputado Gilmar Machado - Nobre Deputado Marco Régis, queremos agradecer sua contribuição para este debate. Mas, não estou afirmando que o Governador Azeredo vai fazer ou deixar de fazer. Estamos dizendo que a Assembléia Legislativa precisa acompanhar essa questão. Por exemplo, nesse problema do censo o Governo não mexe. Então, o Governo atual não se responsabiliza pelo que o Governo passado fez; não tem nada a ver com isso. Porém, o Governo atual não terá, também, responsabilidade sobre as dívidas que o Governo passado assumiu. Não é desse jeito que deve ser.

Está acontecendo a mesma coisa, em nível federal. O ex-Presidente Itamar Franco assinou um protocolo de compromisso junto com o Ministro das Minas e Energia, com relação ao caso dos petroleiros, e, agora, o atual Presidente diz que isso não vale nada. Então, as dívidas assumidas pelo Governo Itamar também não valem. Não é nesse sentido que as coisas devem caminhar. É preciso mais seriedade e responsabilidade. Foi exatamente o que colocamos para o Secretário. O Estado gastou R\$13.000.000.000,00 com o censo.

Concedo a palavra ao Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - V. Exa. tem absoluta razão em sua resposta ao Secretário, ontem. Estávamos presente e, realmente, ele se expressou de uma maneira infeliz naquele momento. Esperamos que, depois do alerta de V. Exa., o Secretário reveja a sua posição.

O Deputado Gilmar Machado - Esperamos que a Comissão possa contribuir nesse sentido. Ontem, verificamos que existem 5.714 funcionários em Minas Gerais com mais de um MASP. O próprio Secretário reconheceu isso. O professor, por exemplo, pode ter dois contratos, mas ele só tem um MASP. Eu, particularmente, sou funcionário do Estado. O meu MASP é o de nº 13.297.678-3. Eu tinha dois contratos, porque dava aula em duas escolas, mas só recebia por um contracheque, porque tinha é um MASP só.

A Assembléia tem que procurar solucionar essas questões. São 5.714 pessoas recebendo mais de uma vez e isso não pode acontecer. É prejuízo para os cofres públicos. É exatamente esse problema que queremos que a Comissão de Administração Pública acompanhe, para que possamos ser esclarecidos e tenhamos condições de melhorar o salário de quem efetivamente está trabalhando.

Deputado Marco Régis, tanto acreditamos que isso será possível que participamos, há

pouco, de reunião conjunta das Comissões que analisaram a transferência do pagamento da Secretaria da Fazenda para a Secretaria de Administração. É mais uma forma de descentralizar para que possamos ter esse acompanhamento. Não somos contrários a isso; queremos que isso aconteça de fato.

Não é possível mais estarmos aqui, sem conhecer a situação dos funcionários do Poder Executivo. Depois que estamos nesta Casa, vimos que o Poder Legislativo melhorou e muito. Hoje, por exemplo, você tem condições de se informar a respeito do número total de servidores desta Casa, coisa que antes não tínhamos. Esta Casa passou por um processo, e isso tem que acontecer em outros lugares. Estivemos em Brasília, para um seminário de dois dias, e vimos que, hoje, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais é um exemplo em nível nacional, pelo esforço de moralização que vem fazendo. É verdade que ainda existe muita coisa a ser feita, mas, hoje, há um reconhecimento claro no País, de que esta é uma das Casas mais organizadas em termos de Poder Legislativo. Ficamos felizes por podermos estar lá, participando desse debate e mostrando como funcionou esse processo.

É preciso avançar, queremos contribuir e queremos, também, que o Governo assuma o processo. Se o Secretário assumiu a Secretaria, é responsável por todos os atos. Se ele não concordou com alguma coisa, tem que chamar quem fez, para responder por aquilo. Não podemos esquecer o passado e começar do zero. Temos que trabalhar no todo. Muito obrigado.

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 18/5/95

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; enquanto, nos corredores do Congresso Nacional, as discussões estão acirradas e voltadas totalmente para as reformas constitucionais, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, estrategicamente, anuncia, sem muito alarde, o cumprimento de algumas promessas de seu Governo. Na semana passada, ele anunciou, através de cadeia de rádio, o cumprimento de seu programa de campanha sobre habitação: a partir de agora, 27% dos recursos do FGTS, que pertence aos trabalhadores, serão destinados à construção e reforma de casas, regularização de terrenos, lotes com água, esgoto e luz para as famílias que ganham até três salários mínimos. O Presidente falou que, nos anos anteriores, era baixíssimo o percentual dos recursos do FGTS destinados a essas famílias: não ultrapassou 5%. Neste ano, o Governo Federal irá acionar o FGTS para liberar nada mais, nada menos que R\$1.000.000.000,00, o suficiente, segundo o Presidente, para atender mais 250 mil famílias necessitadas. Ele disse, ainda, que esses recursos deverão ser aplicados em dois programas: o Pró-Moradia e o Pró-Saneamento, atendendo, primeiramente, as periferias das grandes cidades e, posteriormente, as comunidades de base. Afirmou, categoricamente, que o dinheiro do FGTS será muito bem utilizado, inclusive sem a tradicional politicagem, como já aconteceu muitas vezes.

Até aí, Srs. Deputados, tudo bem, mas, analisando friamente esse pronunciamento, comecei a perceber o grande golpe que poderá ser aplicado contra o povo brasileiro. Como já falei, todos estes recursos são provenientes do FGTS, e o sistema de funcionamento do Pró-Moradia e do Pró-Saneamento, segundo o Presidente, será muito simples e fácil. Ele explicou desta maneira: a Prefeitura ou o Governo de Estado interessado no programa define o projeto com a comunidade. Em seguida, o projeto é escolhido e encaminhado para um conselho comunitário, que terá representantes da população. O conselho examina os vários projetos e aprova os mais importantes, que irão beneficiar as pessoas mais carentes. Os projetos aprovados seguem, depois, para a Caixa Econômica Federal, para a liberação dos recursos do FGTS no próprio município, não precisando nem mesmo de o Prefeito ir a Brasília. Até uma cartilha será encaminhada para cada município, no próximo mês, com todas as explicações sobre como retirar recursos do FGTS, dinheiro do trabalhador brasileiro, para programas para programas de habitação e saneamento, já que esse recurso é intocável. Além disso, o Presidente anunciou o programa destinando recursos do FGTS, mas não explicou como as Prefeituras e os Governos de Estado irão saldar essas dívidas. Quais serão as regras para o pagamento do financiamento? Até agora, não temos essas respostas. O Brasil poderá, simplesmente, transformar-se em um país campeão em desvio de recursos alheios. Basta o rombo da tão sofrida previdência brasileira. É aí que está o grande erro do Governo Federal. É aí que está o grande golpe contra os trabalhadores brasileiros. E eu pergunto: isso é justo? Quem irá repor esses recursos se alguma Prefeitura ou Governo de Estado der algum calote? É por isso, que eu questiono esse programa, que, talvez, se transforme em um grande câncer para o FGTS. Enfatizo: o trabalhador não pode mais arcar com essa dívida, que, certamente, o ilustre Presidente irá deixar como herança para os cofres do FGTS. Afirmo: os recursos do FGTS são intocáveis. O Sr. Presidente não tem o direito de cumprir promessas de campanha com recursos do FGTS. Já basta o autoritarismo e a exploração patronal em relação a algumas categorias de trabalhadores, muitas vezes, não depositando nem

mesmo a parcela mensal do FGTS em suas contas, como manda a nossa lei trabalhista. Agora, chega a vez do Governo Federal.

Não podemos ficar de braços cruzados e esperar mais um programa social, sem uma política séria e com recursos oriundos da própria União, com uma destinação prévia no próprio orçamento anual do País. Não podemos desviar recursos do FGTS, dinheiro do trabalhador, para empréstimos aventureiros, sem regras e que não garantem benefício para o nosso povo. Ao encerrar este discurso, deixo claro, Srs. Deputados, que não sou contra nenhum programa de habitação ou de saneamento, e sim, a favor. Sou contra a forma de utilização do empréstimo dos recursos do FGTS às Prefeituras e aos Governos Estaduais. Sou a favor de um programa de habitação coerente, com os pés no chão, com dinheiro dos cofres públicos, com transparência, com um sistema de empréstimo e financiamento predeterminado, digno, sem ônus para os municípios e Governos, muito menos para os trabalhadores brasileiros. Qualquer programa de ação do Governo Federal tem que ser planejado e custeado com os recursos da União, e não, com os de terceiros, como é o caso do programa anunciado. Espero que, antes de oficializar esse programa junto aos governantes, o Presidente reflita bastante, pense em uma alternativa de empréstimo para os municípios e Estados, faça um programa coerente e abrangente, para minimizar os graves problemas que degeneram o Brasil. Sr. Presidente, o trabalhador brasileiro não merece mais esse golpe. Que se deixem os recursos do FGTS em paz. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaríamos de deixar registrado que a nossa Bancada estará votando favoravelmente a esse projeto. Mas, no 2º turno, vamos tentar discutir, para que seja reduzido o prazo, que consta na Emenda nº 1, para a implementação desse processo. Entendemos que poderíamos trabalhar em até 12 meses, visto que, depois da fala do ilustre Secretário da Administração, chegamos à conclusão de que há necessidade de mais agilização e, ao mesmo tempo, de aproveitamento melhor do censo que foi realizado para se implementar a descentralização e, ainda, para se aproveitarmos estruturas mínimas montadas em quase todas as regionais onde temos as principais microrregiões do Estado, pois elas já contam com seções descentralizadas da Secretaria da Administração. Então, dando autonomia e treinamento a esse pessoal, poderíamos fazer essa transferência mais rapidamente. Entendemos que poderia haver uma aceleração desse processo, porque não podemos mais continuar convivendo com a desorganização, com a falta de informação como existe hoje. Entendemos, também, que existe um esforço e é exatamente nesse sentido que estaremos votando favoravelmente a esse projeto.

É importante a descentralização para que, depois, haja um acompanhamento mais rigoroso e não tenhamos fatos, como tivemos, da nomeação de pessoas que já faleceram. Sendo assim, não se criam cargos, e, ao mesmo tempo, há uma transferência.

Foi-nos assegurado que as pessoas que, hoje, existem na Secretaria da Fazenda e vão ser lotadas na Secretaria de Recursos Humanos e Administração terão sua titulação, seu enquadramento e um nível que lhes garanta a classificação. Portanto, além de serem transferidas, serão asseguradas. Logo, dentro dessa perspectiva, estaremos votando favoravelmente. Isso, também, porque já há precedentes. Se houver a necessidade de uma próxima nomeação, outros funcionários irão sendo transferidos, e haverá a possibilidade de um outro projeto de lei para estabelecer a nova situação.

Dentro dessa perspectiva, gostaria de registrar o nosso voto, isto é, o da Bancada do PT, e, ao mesmo tempo, justificar o porquê de termos apresentado o projeto. Queremos discuti-lo em 2º turno, para o seu aperfeiçoamento e para a agilização desse processo, que achamos fundamental, e, inclusive, para possibilitar a melhoria salarial do pessoal da ativa, uma vez que esse controle impede que haja pessoas em situação irregular recebendo altos salários, prejudicando os demais. Nesse sentido, estamos deixando aqui, bem clara, a nossa posição, quando o projeto for colocado em votação.
